



pasep

Comprovante de Inscrição — CI

Data do cadastramento

15.08.89

Nº de inscrição no PASEP

1.703.259.260-9

Nome do participante

NIVIA MELHORANCA BICALHO

Data do nascimento

29.12.48

Sexo

2

1
2

Mas.
Fem.

CPF

457099639-68

Nome da mãe

JANDIRA CUGHY MELHORANCA

*** **

Válido somente com a apresentação do documento de identificação

AVISO PRÉVIO DO EMPREGADOR PARA DISPENSA DO EMPREGADO

Snr. **NIVEA MELHORANÇA BICALHO**

Pelo presente o notificamos que a **30** dias da data da entrega deste, não mais serão utilizados os seus serviços, pela nossa firma e por isso vimos avisá-lo, nos termos e para os efeitos do disposto no Art. 487, item II - Cap. VI - Título IV, do Decreto Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO).

Pedimos a devolução da presente com o seu "CIENTE".

Saudações

[Assinatura]
Diretor

- CODEMAT -

CIENTE

02,04,81

Nívea M.º Bicalho
RESPONSÁVEL QUANDO MENOR

ASSINATURA DO EMPREGADO

AVISO PRÉVIO DO EMPREGADOR PARA DISPENSA DO EMPREGADO

Snr. **NIVEA MELHORANÇA BICALHO**

Pelo presente o notificamos que a **30** dias da data da entrega deste, não mais serão utilizados os seus serviços, pela nossa firma e por isso vimos avisá-lo, nos termos e para os efeitos do disposto no Art. 487, item II - Cap. VI - Título IV, do Decreto Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO).

Pedimos a devolução da presente com o seu "CIENTE".

Saudações

Odete Pinheiro da Silva
.....
Chefe do Setor
- CODEMAT -

C I E N T E

02 04 81

Nívea M. Bicalho

RESPONSÁVEL QUANDO MENOR

ASSINATURA DO EMPREGADO



**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO**

Ficha de Controle de Férias

NÍVIA MELHORANÇA BICALHO

DATA ADM.

02.01.89

CARGO:

AGENTE AMMINISTRATIVO

LOTAÇÃO:

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

MÊS DE GOZO

[illegible]

☐ GOZADAS

☐ NÃO GOZADAS

Visto:

A servidora não gozará suas férias no período marcado de 02.04 à 21.04.90, conforme processo nº 1.307/90.

CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

REGISTRO DE EMPREGADO

N.º de Ordem 2.491

Nome do Empregado: NÍVIA MELHORANÇA BICALHO

Residência: _____ Telefone: _____



Côr _____
Cabelo _____
Barga _____
Bigode _____
Olhos _____
Altura _____
Peso _____

Idade 40 anos, Data de Nascimento 29 / 12 / 48 lugar
do nascimento ANDRADINA/SP
Estado Civil VIÚVA Nacionalidade BRASILEIRA
Filiação { Pai TRANQUILG MELHORANÇA Nacion. BRAS.
Mãe JANDIRA CUOGHI MELHORANÇA Nacion. BRAS.
Beneficiários OS FILHOS

N.º da Cart. Prof. 05778 Série 00005

» » » de Saúde _____
» » » do Inst. Aposentadoria _____

Situação Militar { Cad. N. _____ Série _____
Categoria _____
Certificado _____

Quadró Motorista { Cart. Nac. de Habil. N. _____

CARTEIRA DE TRABALHO DE MENOR

N.º _____
Série _____
N.º da Carteira do I.
de Aposent. _____

QUANDO ESTRANGEIRO

N.º da Cart. _____ N.º do Reg. Geral _____

Casado com brasileira? _____

Nome do conjugue _____

Tem filhos brasileiros? _____ Quantos? _____

Data da chegada ao Brasil _____

Naturalizado? _____ Decreto N.º _____

Data da Admissão ao Serviço 02.01.89 Cargo que Ocupa AGENTE ADMINISTRATIVO

Remuneração NCZ\$ 305,61 (TREZENTOS E CINCO CRUZADOS NOVOS E SESSENTA E UM 'CENTAV.

Forma de Pagamento MENSALMENTE

Horário de Trabalho: das 8:00hs às 18hs com intervalo de 2:00 hs. para refeição e descanso

Data e assinatura do empregado na ocasião da admissão _____ de _____ de 19 _____

Nívia M.º Bicalho

Data da Dispensa _____

Recebi os seguintes documentos que me pertencem _____

20 de maio de 19 89
Nívia M.º Bicalho

Polegar Direito

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Alvaro da Paçalho

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSCRIÇÃO NO CPF

29.12.48

099 639 68

ALVARO DA PAÇALHO

CIC

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 3.349.408 4

NOME NIVIA MELHORANCA BIGALHO

FILIAÇÃO TRANQUILO MELHORANCA

JANDIRA CUBICHE MELHORANCA

DATA DE NASCIMENTO 29/12/1948

CURRÊNCIA - PARANÁ

06/12/1980

MAJESTADE

HERNIMES MACHADO MATTOS
DIRETOR DO I. I. I.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 3.349.408 4

NOME NIVIA MELHORANCA BIGALHO

FILIAÇÃO TRANQUILO MELHORANCA

JANDIRA CUBICHE MELHORANCA

DATA DE NASCIMENTO 29/12/1948

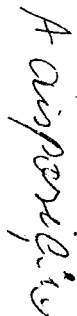
CURRÊNCIA - PARANÁ

06/12/1980

MAJESTADE

HERNIMES MACHADO MATTOS
DIRETOR DO I. I. I.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ



CODING 4131/02

4 - ANOTAÇÕES (LICENÇA IMPOSTO SINDICAL ADVERTÊNCIA ETC)

A SERVIDORA FOI CONTRATADA PARA EXERCER SUAS FUNÇÕES NA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM, A PARTIR DE 02.01.89.

A servidora não poderá gozar suas férias e a mesma solicitada a remuneração das mesmas, a qual foi autorizada pela Diretoria Adm. Financeira, em 12.06/90, conforme Processo nº 1.955/90.

notado

CODEMAT,
PALACIO PAINEIRAS - CPA

30 MAI 15 47 S: 002319

PROTOCOLO GERAL

N.º PROTOCOLO: 2.319/90

N.º PROCESSO: 1.955/90

DATA 30 / 05 / 90

INTERESSADO

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ASSUNTO

COMUNICA QUE A SERVIDORA NÍVIA MELHORANÇA BICALHO NÃO ENTRARÁ EM GOZO DE SUAS FÉRIAS, E SOLICITA REPASSE DO VALOR CORRESPONDENTE ÀS FÉRIAS, CONFORME OF. Nº 036/90.



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



ESTADO DE MATO GROSSO
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ofício nº 036/90.

Cuiabá, 28 de Maio de 1.990.

Ilmo. Sr.

JOÉ MOACIR WITCZAK

DD. Diretor Presidente da Codemat

Prezado Senhor,

C O D E M A T	
Protocolo N.º	2319/90
Processo N.º	1955/90
Data	30/05/90
<i>[Assinatura]</i>	
Serviço de Protocolo	

Diante do acúmulo de trabalhos hora pendentes nesta Coordenadoria, me vejo forçado a manter a funcionária NÍVIA MELHORANÇA BICALHO, em plena atividade em detrimento de suas férias.

Nosso cronograma de trabalho nos Projetos de Comunicação deste ano e início do próximo, está ajustado com o desenrolar dos fatos políticos da administração estadual, razão porque torna-se imprescindível a presença da mesma, que ocupa a função de assessora no processo de trabalho da CECOM, sendo impossível prever qualquer data para as férias.

Outrossim, informo que a mesma tem ciência desta impossibilidade.

Diante do exposto solicito a V.S^a., o repasse do valor correspondente às férias devidas, desta forma a remuneração das mesmas viria de encontro a minimizar o prejuízo causado, bem como recompensá-la pelo esforço despendido.

Na certeza de contar com seu empenho, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

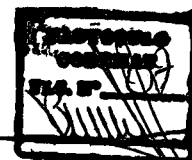
[Assinatura]
EDUARDO ALEXANDRE RICCI
COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA CECOM.

Ciente Nivia M. Bicalho



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



ANEXO AO PROCESSO N.º

1.955/90 DE 30 / 05 / 90

INTERESSADO(A)

ASSUNTO

DESPACHOS E INFORMAÇÕES

A DIAF PARA ALCERIAS
04/06/90

Joe Elbio Witczak
Diretor Presidente
- CODEMAT -

AO: D.R.H.

para instruir 04.06.90

Luiz Antonio Bossas de Carvalho
Dir. Adm. Financeiro
- CODEMAT -

A DIAF

Informamos a V. Sa. que o referido pedido pede-se em atendimento, tendo-se em vista que o coordenador daquela coordenação informou uma companhia sobre a impossibilidade de gozo das férias da servidora em apreço.

06.06.90

Francisco de Assis da Silva Lopes
Chefe da Divisão de Recursos Humanos
- CODEMAT -

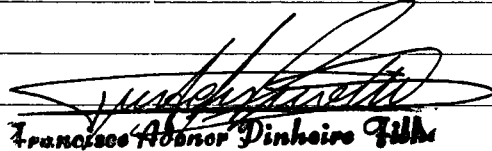
AO: CO/DIAF,
para pagamento. 12.06.90.

Luiz Antonio Bossas de Carvalho
Dir. Adm. Financeiro
- CODEMAT -

AO

SEAS

Possu prodidências junto
a folha funcional
Em 18/06/90


Francisco Adenor Pinheiro Filho

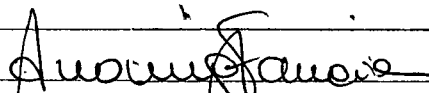
Coordenador / DIAP
- CO EMAT -

Pago em ficha financeira
em 15.06.90
Almeida

no DEAP

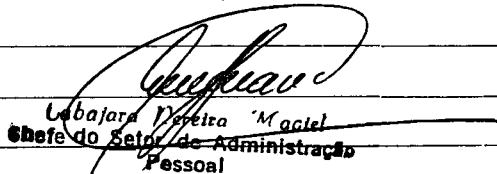
Passe os dados emolvidos
e arquivos.

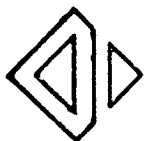
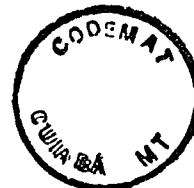
Em 18.06.90


Ana Maria Garcia Banate

Chefe do Setor de Adm. Salarial
- CODEMAT -

Visto
Proceder anotações na ficha funcional
e posterior arquivar na pasta.
Em 19-6-90


Labajara Pereira Maciel
Chefe do Setor de Administração
Pessoal

**CODEMAT**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DE MATO GROSSOC O M U N I C A D O

DO: SETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL


AO: NIVIA MELHORANÇA BICALHO

Conforme escala de férias, comunicamos a V.Sª.,
que se encontra creditado em folha de pagamento do mês de MAIO/90, a importância relativa ao salário do corrente mês
e as suas férias regulamentares referente ao período aquisitivo
de 02/01/89 a 02/01/90, devendo V.Sª, entrar em
gozo a partir de 02/07/90 e terminar em 21/07/90.

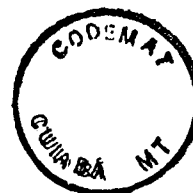
Aguardamos a sua Carteira Profissional de Trabalho e Previdência Social, para as devidas anotações.

O Setor de Administração de Pessoal da "CODEMAT"
deseja-lhes um FELIZ FÉRIAS.

Cuiabá, 24 de maio de 1990.


Tabajara Pereira Maciel
Chefe do Setor de Adm. Pessoal
- CODEMAT -

Arquivado
13-06-90

**CODEMAT**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DE MATO GROSSOC O M U N I C A D O

DO: SETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

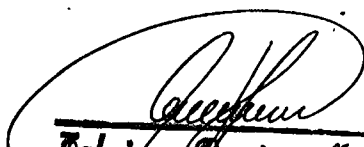
AO: NIVIA MELHORANÇA BICALHO

Conforme escala de férias, comunicamos a V.Sª., que se encontra creditado em folha de pagamento do mês de MAIO/90, a importância relativa ao salário do corrente mês e as suas férias regulamentares referente ao período aquisitivo de 02/01/89 a 02/01/90, devendo V.Sª, entrar em gozo a partir de 02/07/90 e terminar em 21/07/90.

Aguardamos a sua Carteira Profissional de Trabalho e Previdência Social, para as devidas anotações.

O Setor de Administração de Pessoal da "CODEMAT" deseja-lhes um FELIZ FÉRIAS.

Cuiabá, 24 de maio de 1990.


Tabajara Pereira Maciel
Chefe do Setor de Adm. Pessoal
- CODEMAT -

ILMº SR.

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DA CODEMAT

Dr. JOÉ WITCZAC.

C O D E M A T	
Protocolo N.º	710/90
Processo N.º	X - X - X
Data	25.02.90
<i>R. Almeida</i>	
Serviço de Protocolo	

PROTOCOLO GERAL

- 5117 733 81 000710

C O D E M A T
PALACIO PALMARES - CRA

NÍVIA MELHORANÇA BICALHO

brasileiro (a), Servidor (a) desta Cia, desde Janeiro / 89,
lotado no SECOM, exercendo a função de Assessora
, vem mui respeitosamente requerer a V. Sa., a
antecipação de 06/12 do 13º salário, do corrente ano, de acordo
com a Legislação Trabalhista.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Cuiabá (MT), 05 de Fevereiro de 1.989.

Nívia Mª Bicalho

Ao SEAP
Para providências
conf. normas da C.L.T
05.02.90.

[Assinatura]
Carência de 4 ss. da Sílvia Lopes
Chefe da Divisão de Recursos Humanos
— CODEMAT —

Julho/90

*Arquivar
25/04/90*

CODEMAT
PALACIO PAIAGUÁS - CPA

9 MAR 1990 10:23 601608

PROTOCOLO GERAL

N.º PROTOCOLO: 1. 606/90

N.º PROCESSO: 1.307/90

DATA 09 / 04 / 90

INTERESSADO

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ASSUNTO

COMUNICA QUE SE ENCONTRA IMPOSSIBILITADA DE GOZAR SUAS FERIAS NO PERIODO
PREVISTO, CONFORME OP. Nº 044/90.



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



ESTADO DE MATO GROSSO
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Of.nº 044/90 - CECOM.

Cuiabá, 03 de Abril de 1.990.

CODEMAT
Protocolo N.º 1.606/90
Processo N.º 1.307/90
Data 09, 04, 90
<i>Ribeiro</i>
Serviço de Protocolo

Prezado Senhor,

Informo a V.Sª., que por acúmulo de trabalho me vejo totalmente impossibilitada de gozar as férias marcadas para o período de 02/04 a 21/04/90.

Diante disto me reservo o direito de marca-las para uma data mais oportuna. Avisarei com antecedência tão logo me veja desempedida do excesso de serviço hora pendente.

Agradeço antecipadamente sua atenção.

Atenciosamente,

Nívia M.ª Bicalho
NÍVIA MELHORANÇA BICALHO.
ASSESSORA DA CECOM.

De acordo

Coordenadoria de Comunicação Social

Eduardo Alexandre Ricci
Coordenador

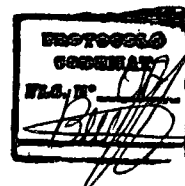
6/4/90

Ilmo. Sr.

JOÉ MOACYR WETCZAK

DD. DIRETOR ADMINISTRATIVO DA CODEMAT

N/E/S/T/A:

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

ANEXO AO PROCESSO - N.º

1.307/90

DE 09 / 04 / 90

INTERESSADO(A)

ASSUNTO

DESPACHOS E INFORMAÇÕES*À DEH PARA INTERVIR.*
*10/04/90**João Roberto Wiczak*
Dir. Adm. Financeiro
- CODEMAT -*À DIAF*

Informamos à V. Sa. que de acordo com a Resolução nº 02/87-CODEMAT, o pedido ao Superior Tribunal o pedido do grupo de finais, após o recebimento da documentação relativa a mesma.

Considerando que a falta de comunicação do Estado com desenvolvimento, especialmente para a divulgação das realizações do Estado e que a mesma tem apoio para a função de assessoria de gestão daquela administração, entendemos que o referido pedido para ser agitado, cabendo a V. Sa. Decisão, portanto, a decisão sobre o acolhimento do pedido.

10.04.90

Francisco de Assis da Silva Lopes
Chefe da Divisão de Recursos Humanos
- CODEMAT -*À DEH**Autocirc com BATE NO PARALELO DA*
*DEH.**16/04/90**João Roberto Wiczak*
Dir. Adm. Financeiro
- CODEMAT -

Do SEAP

Para encaminhamento e anotações

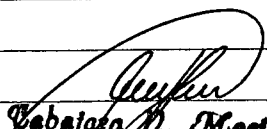
17.04.90

Francisco de Assis da Silva Lopes
Chefe da Divisão de Recursos Humanos
CODEMAT

Visto

Proceder anotações na ficha de férias e posterior
arquivo na pasta.

ESD 18-4-90


Cabajosa P. Maciel
Chefe Setor Adm. Pessoal
CODEMAT

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

ARQUIVAR

C O M U N I C A D O

DO:- SETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL


AO:- NÍVIA MELHORANÇA BICALHO

Conforme escala de férias, comunicamos a V.Sa., que se encontra creditado em folha de pagamento do mês de --/--FEVEREIRO/90, a importância relativa ao salário do corrente mês e as suas férias regulamentares referente ao período aquisitivo de 02 / 01 / 89 a 02 / 01 / 90, devendo V.Sa., entrar em gozo das mesmas a partir de 02 / 04 / 90 e terminar em 21 / 04 / 90.

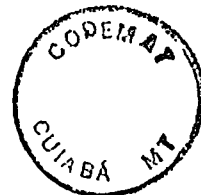
Aguardamos a sua Carteira Profissional de Trabalho e Previdência Social; para as devidas anotações.

O Setor de Administração de Pessoal da "CODEMAT" deseja-lhes uma FELIZ FÉRIAS.

Cuiabá-MT, 07 de MARÇO de 1.990.


Cabajara Pereira Maciel
Chefe do Setor de Adm. Pessoal
CODEMAT

X Nívia M^a Bicalho



RECIBO DE FÉRIAS

R

E

C

E

B

I, da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - " C O D E M A T " --, estabelecida no Centro Político Administrativo " C.P.A " , Palácio Paiaguás - Cuiabá - MT., a importância bruta no valor de NCZ\$ - 53.497,76 (CINQUENTA E TRÊS MIL, QUATRO

(CENTOS E NOVENTA E SETE CRUZADOS NOVOS E SETENTA E SEIS CENTAVOS)XXX

XX

sofrendo os descontos previstos em lei, que me é paga adiantadamente por motivo de minhas férias regulamentares, ora concedidas e que vou gozar de acordo com a descrição acima, tudo conforme o aviso que recebi em tempo, ao qual dei " C I E N T E ".

Para clareza e documento, firmo o presente recibo, dando à Companhia, plena e geral quitação.

CUIABÁ-MT 22 07 de MERÇO de 1.990

x Nívia M. Bicalho

assinatura do empregado.

NÍVIA MELHORANÇA BICALHO

NOME: _____

808

CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO: _____



C O D E M A T

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

C O D E M A T	
Protocolo N°	711/90
Processo N°	X-X-X
Data	05.02.90
<i>Blumciole</i>	
Serviço de Protocolo	

Ilmº Sr.

Diretor Administrativo DR. JOÉ WITCZAK

PROTOCOLO GERAL

- 5 FEV 7 33 E 000711

C O D E M A T
PALACIO PAQUAS - CPA

.....NÍVIA MELHORANÇA BICALHO,.....
funcionário da CODEMAT, lotado Secretaria de Comunicação Social
vem mui respeitosamente, requerer a V.Sª., abono pecuniário de 1/3 -
(hum terço) das férias correspondentes ao período...89/90.....
nos termos do artigo 143 § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho -
CLT.

Nestes Termos

P. Deferimento

Cuiabá(MT), 05 deFevereiro de 1.990

Nivia M. Bicalho
ASSINATURA

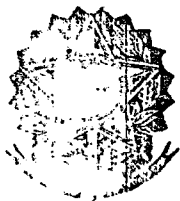
Ao SEAP

Para providências
conf. normas da C.L.T
05.02.90.

Francisco de Assis da Silva Lopes
Chefe da Divisão de Recursos Humanos
- CODEMAT -

Julho/90

arquivar



República Federativa do Brasil
17.º CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS NATURAIS
da Comarca da Capital (Bela Vista)

Lo. - A 1

Tmo. 255

Fis. 33.-

Certidão de Nascimento

Humberto Martinelli

ESCRIVÃO DO REGISTRO CIVIL

Certifico que no livro n.º 1 de assentamentos de nascimentos do 1.º
cartório de uma criança do sexo feminino nascida em
de dezembro de 19 75 dezoito de dezembro de mil novecentos e setenta e
cinco, a Pró-Matre Paulista, neste subdistrito ----
com o nome de TATIANA MELHORANÇA BICALHO ----
filha de Carlos Eduardo Betim Bicalho ----
e de dona X Nívia Melhorança Bicalho ----
sendo avós paternos José Maria Bicalho ----
e dona Sara Betim Bicalho ----
e maternos Tranquilo Melhorança ----
e dona Jandira Cuoghi Melhorança ----

Registro feito em 20 de janeiro de 1976

Observações: Testemunhas Gumercindo Rufino e Helena Yoshie Matsuo.
Ressalvo onde se lê: MELHORANÇA ----

O referido é verdade e dou fé.

São Paulo, 20 de janeiro de 1976.

O Escrivão

RUA AGUIAR DE BARROS, 64
TELEFONE: 35-1962
EXPEDIENTE: 9 às 12 - 14 às 17 Hs
FÉRIAS E FERIADOS: DAS 9 ÀS 18 Hs

Tomaz
ESCRIVÃO

CODEMAT -
Serviço Social

Data 11/05/89

Paulo

Selos Recolhidos por VERBA
Guia nº 2. 16

Reconhecer e firmar
no Tabelião Ubaldo
Rua da Glória, 98 (Próximo ao Fórum)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO



CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS DA COMARCA DA CAPITAL
(BELA VISTA)
HUMBERTO MARTINELLI
(OFICIAL)
BAENA PEREZ
OFICIAL MAIOR
1962
R. AGUIAR DE BARROS, 64 - SP.

17.º CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS NATURAIS
da Comarca da Capital - (Bela Vista)

NASCIMENTO (N.º 14.421.-)

HUMBERTO MARTINELLI
ESCRIVÃO DO REGISTRO CIVIL

CERTIFICO que, à fls. 7- do livro A-n.º 23.-, de registro de
nascimentos, foi lavrado hoje, o assento de -CARLOS EDUARDO BETIM BICALHO FILHO.
-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-, nascid. o aos 19 de março de 19 78,
dezenove de março de mil novecentos setenta e oito - - - - -
às 08 horas e 40 ms., no prédio da Pró Matre Paulista, neste subdistrito.
-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-, do sexo masculino, de cor branca--,
filho de --CARLOS EDUARDO BETIM BICALHO-----
e de D. --NÍVIA MELHORANÇA BICALHO-----
sendo avós paternos: --José Maria Bicalho -----
e D. Sara Betim Bicalho -----
e maternos: --Tranquilo Melhorança-----
e D. Jandira Cuoghi Melhorança-----
Foi declarante o pai -----

e serviram de testemunhas as constantes do termo.

Observações: Testemunhas: Elvio Alves de Lima e José Angelo Bria-
nezi, residentes na rua Major Diogo 750, apto. 36 e rua Gago Coutinho -
195, nesta Capital.-

RUA AGUIAR DE BARROS, 64 - D. C.R\$ 80,00
TELEFONE, 35-1962 S.A. C.R\$ 8,00
EXPEDIENTE: 9 às 12 - 14 às 17 Hs. Total C.R\$ 88,00
DOMINGOS E FERIADOS: DAS 9 às 12 Hs.

- CODEMAT -
Serviço Social
Data 11 / 05 / 89
Flávia

O referido é verdade e dou fé

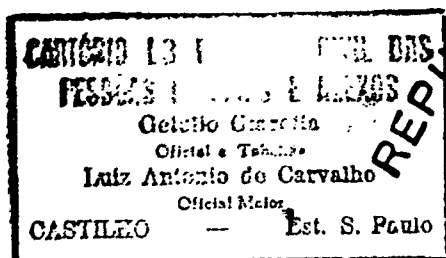
São Paulo, 29 de março de 19 78

O Escrivão,

Samaz Drácio Giaccone
OFICIAL MAIOR SUBSTITUTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
TÍTULO ELEITORAL			
NOME DO ELEITOR NIVIA MELHORANCA BICALHO			
DATA DE NASCIMENTO 29/12/48	D.V. 102011518 72	ZONA 001	SEÇÃO 0163
MUNICÍPIO / UF CUIABA/MT	DATA DE EMISSÃO 22/07/88		
 JUZ. ELEITORAL <i>Declaro de</i>			
VALDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL			

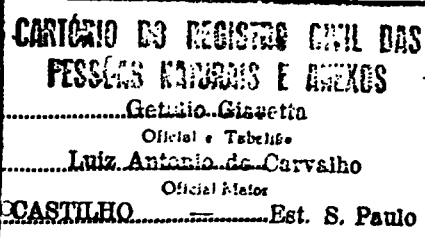
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
VALDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL	
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR <i>Nivia Melhoranca Bicalho</i>	
POLEGAR DIREITO	
CONTINUA	



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



REGISTRO CIVIL



Estado de São Paulo

Comarca de Andradina

Município de Castilho

Distrito de Castilho

- GETULIO GIARETTA -

Oficial titular do Registro Civil

CASAMENTO N. 2.865

CERTIFICO que, a fls. 245 v. do Livro N. B-8 de registro de Casamentos foi feito hoje, o assento do casamento de CARLOS EDUARDO BETIM BICALHO - - - e - NIVIA CIOGHI MELHORANÇA - - -, contraído perante o M.M. Juiz de casamentos, Manoel Rodrigues dos Santos - e as testemunhas Marco Aurelio Si- queira Mattos e senhora, e Aroldo Arruda Camargo e senhora. -

Ele, nascido em Campinas, neste Estado - aos - 18 de fevereiro de 1931, profissão engenheiro domiciliado em Ilha Solteira-SP. e residente em Bela Floresta-SP. filho - de José Maria Bicalho, falecido - , nascido em - , domiciliado em - e residente - e de D. Sara Betim Bicalho, com 70 anos - , nascida em este País - domiciliada em Campinas, n. Estado - e residente em Campinas, n. Estado -

Ela, nascida em Andradina, neste Estado - aos - 29 de dezembro de 1948, profissão professora - domiciliada em Andradina, n. Estado - e residente em Andradina, n. Estado - filha - de Tranquilo Melhorança, com 45 anos - , nascido em este País - , domiciliado em Andradina, n. Estado - e residente em Andradina, n. Estado - de D. Jandira Cioghi Melhorança, com 40 anos - , nascida em este País - domiciliada em Andradina, n. Estado - e residente em Andradina, n. Estado - A contraente passa a assinar-se NIVIA MELHORANÇA BICALHO - - - Foram apresentados os documentos exigidos pelo art. 180 N.º I-II- e IV - do Código Civil - Observações: Regime adotado: Comunhão de Bens. -

O referido é verdade e dou fé.

Castilho, 4 de julho de 1970

PIRMA - São Paulo
Tabelião José Cyrillo
Rua Barão de Paracatu, 64-65

OFICIAL
LUIZ ANTONIO DE CARVALHO
OFICIAL MAIOR



República Federativa do Brasil
REGISTRO CIVIL DO 17.º SUBDISTRITO - BELA VISTA
Município e Comarca da Capital do Estado de São Paulo

Lo. - A 302.

Tmo. 317.810.-

F/s. 247.-

Certidão de Nascimento

Humberto Martinelli

ESCRIVÃO DO REGISTRO CIVIL

12th CAMPO DE REGISTRO CIVIL DAS FÉSSO
NATURAIS DA COMARCA DA CAPITAL
(BELA VISTA)
HUMBERTO MARTINELLI
ESCRIVÃO
DECIO BAENA PEREIRA
OFICIAL - MAIOR
TEL 33-1018
RUA AGUIAR DE BARROS, 64-81.

**Reconhecer a firma
no Tabela Ubalino
Rua da Glória, 98 (Próximo ao Fórum)**

Certifico que no livro n.º 302. de assentamentos de nascimentos, está registrado o nascimento de uma criança do sexo feminino nascida no dia 4 de outubro de 19 73 na Pró Matre Paulista, neste subdistrito com o nome de DANIELA MELHORANÇA BICALHO filha de Carlos Eduardo Betim Bicalho e de dona Nívia Melhorança Bicalho sendo avós paternos José Maria Bicalho e dona Sara Betim Bicalho e maternos Tranquilo Melhorança e dona Jandira Cuoghi Melhorança

Registro feito em 8 de outubro de 1973.-

Observações: Testemunhas Antonio Salvador dos Santos e Nivaldo - Zampol, residentes nesta Capital.-

D. . . . 6, 18

S. A. 0, 62

Total 6.80

O referido é verdade e dou fe.

São Paulo, 8 de outubro de 1973.

Q Escribio

Comme Draclo Wilson
REBOREVENTE-AUTOMOBILE

(SELOS NO VERSO)

RUA ABUIAN DE BARROS, 54
TELEFONE, 33-1018
EXPEDIENTE: 9 às 12 - 14 às 17 hs
DOMINGOS E FERIADOS: DAS 9 ÀS 12 hs

CARTEIRO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Rua Dr. Fláquer, 152-B
SÃO BERNARDO DO CAMPO - L.P.
MARIA JOSE GONÇALVES DE ABREU
- ESCRIVÃ -
ANTÔNIO RAPOSO PIMENTEL
- OFICIAL MAIOR -
TOMIOYUKI HORIO - PAULO BENTO - ROMILDE DA SILVA
MARTINS - GENTIL JULIAO DA SILVA GASCHLER - LAIZIR
GOMES DA SILVA FRANCISCO E MARIA DE L. GREGO
- ESCRIVENTES HABILITADOS -



REGISTRO CIVIL
ESTADO DE SÃO PAULO

MUNICÍPIO E COMARCA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Maria José Gonçalves de Abreu

Escrivã do Registro Civil das Pessoas Naturais

Antonio Raposo Pimentel

Oficial Maior

Paulo Bento - Romilde da Silva Martins - Gentil Juliao da Silva Gaschler
Gomes da Silva Francisco - Maria de Lourdes Grego
Escriventes Habilitados

CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que, sob o nº -12.431-, à fls. -20- do Livro C- -21-
de Registro de Óbitos, encontra-se o assento de -CARLOS EDUARDO BETIM BICALHO-
- , falecido aos -3- de agosto - de 19. 80-, às -9- horas e
-20- minutos, nesta cidade, no Hospital São Bernardo -
do sexo masculino - , de cor branca - , profissão aposentado -
natural de Campinas, neste Estado -
domiciliado nesta cidade -
e residente na Avenida Redenção, nº 18 -
com -49- anos de idade, estado civil -casado-, filho de José Maria Bicalho -
e de Dona Sara Betim Bicalho -
falecidos -

tendo sido declarante Franciscode Paula Bicalho, na qualidade de irmão -
o óbito atestado pelo Dr. Roberto Saad Junior-CRM-21.317 e Daniel Sigulem -CRM
11.887 -
que deu como causa da morte Choque toxemico-Pancreatite necro hemorragica -
Cirrose hepática -

e o sepultamento feito no cemitério de São Pedro-Crematorio de V.Alpina-Subd.V.Pru-
dente-SP-Capital- Era casado com NIVEA MELHORANÇA BICALHO, era eleitor,
Observações: não deixa bens nem testamento, deixa filhos.-

O referido é verdade e dou fé.

D. B. e S.

A. T. A. S. J. GONÇALVES
PRA VENDA

São Bernardo do Campo, -5- de agosto - de 19. 80-
1.º Cartório
S.B.C.-SP.

Escrivão

A PARTIR DE	VENC. PADRÃO	GRATIFI-CAÇÃO	OUTROS	NOME: NÍVIA MELHORANÇA BICALHO	DATA DA ADMISSÃO: 02/ 01 /89	GRUPO Nº										
				PROFISSÃO: SERVIDOR PÚBLICO	CLASSE:		SER. <table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>									
					CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO	NÍVEL: 21	MATRÍCULA Nº /									
			EXERCÍCIO: 1.989	N. DEP. ECON. IMP. REND.	Cz\$ 03											
			LOTAÇÃO SECRETARIA COMUNICAÇÃO SOCIAL-SECOM	N. DEP. ECON. SAL. FAMÍLIA	Cz\$ 02											

ESPECIFICAÇÕES	CÓD.	JAN.	FEB.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	1º SAL	TOTAL
Salário						566,97	828,17	1029,02	1838,28	2549,50	3626,22	5386,16	7279,06	2279,06	
Gratificação															
Representações															
Horas Extras															
Insalubridade															
Dif. Salário															
Diárias															
Férias															
Adicional															
Transferência															
Abono Pec.															
Aj. Custo															
13º Salário															
Salário-Família															
TOTAL DOS PROVENT.						566,97			4362	2494	3818	5574	7188		
IAPAS						53,86	82,86	92,61	1838,2	24980	339,61	467,37	660,96		
Contribuição Sindical															
Seg. Boa Vista						5,72	5,72	5,72	11,22	11,22	11,22	11,22	11,22		
Capemi Consignação															
Capemi Seguros															
Imposto de Renda						6,00	20,55		96,00	113,00	175,00	271,00	364,00	122,00	
ASPEMAT															
Anulação de provent.															
D.B./A.S.C.										55,00	44,00	51,20	72,00	-14,37	
Adiant. Salarial															
A.S. CODEMAT						5,66	8,28	10,29	18,38	25,49	36,26	52,86	72,79		
Descontos								170,00			535,00		72,79		
PAGAMENTO															
TOTAL DOS DESCONT.									309,42	458,51	114,09	853,65	1262,76	122,00	
LÍQUIDO A RECEBER						495,73	711,76	750,40	1572,48	2159,95	2523,32	4488,25	6097,18	2158,06	

Aparitr de	Venc. Padrão	Gratificação	Outros	Nome: NÍVIA MELHORANÇA BICALHO	Data da Emissão: 02 / 01 / 89	Grupo N.º
				Profissão:	Classe:	Ser Cod.
				Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO	Nível: 21	Matricula N.º
				Exercício: 1.990	N. Dep. Econ. Imp. Rend.	NCZ\$ 03
				Lotação: SEC. COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM	N. Dep. Econ. Sol. Família	NCZ\$ 03 A

ESPECIFICAÇÕES	COD.	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	13.º SAL.	TOTAL
Salário		1096644	1284298	3088910	00	48093,40	5520341	5530741	5753912	61942,98	6521531	6168671	11108753	11087,53	
Representações															
Horas Extras															
Insalubridade															
Diferença Salário															
Dígitos DE 1.	1RRT.														
Férias			1819984			49055,27	438024	29145		798,53					
Adicional 2º/6		218,58	356186	60659	444,10	961,87	116635	110615	115033	1238,85	131431	135334	222175	222175	
Const			606661		7559,85	16351,76									
Abono Pec.			8.08881		10.079,81										
AJ Custo															
13.º Salário			909992											1716,00	33879
Salário Família		64,00	10022	18372	183,71	183,71	19089	19189	22253	302,81	32126	41648	49189	447,84	
TOTAL DOS PROVENT.		110902	575524	366210	44052,92	114646,01	609669	568319	588863	64223,17	749129	831105	1026450	113751,42	
LA P A S		1014,90	216834	223334	2.267,35	5474,94	223137	3661,01	3831,03	4628,77	480451	602865	660798		
Contribuição Sindical						1603,11									
Seg Boa Vista			35,60	35,60	35,60	35,60	35,60	35,60	35,60	35,60	35,60	35,60	35,60	-	
Capemi Consignação															
Capemi Seguros															
Imposto de Renda		358,00	209631	1106,00	-	4.570,83	2626,00	2339,00	2213,00	2273,00	2136,00	2116,00	5215,00	5215,00	
ASPEMAT	1RRT.	352,00	2.696,31	240,13			891,45	377,64	420,89						
Anulação de Provent.															
D.B./A.S.C.						796,00									9099,92
Adiant. Salarial															
A.S. CODEMAT		109,26	138,42	30829	400,72	480,93	553,07	553,07	575,19	619,42	6521,15	61686	111087	-	
Campeche Rio-210		109,26	138,42												
Campeche					8.000,00	8000,00	10000,00	10000,00	15000,00	15000,00		20500,00			
Odequino-Suwa					1.000,00	1000,00	1000,00	1000,00	1.000,00	1000,00	1000,00	1000,00	115476		
mulheres													2085334		
TOTAL DE DESCONT.		160264	625448	418236	11.404,32	21961,44	169504	1259034	2211482	23456,79	24757,72	3199951	211535	14374,92	
LÍQUIDO A RECEBER		960658	549176	244204	2819860	9864,60	4403455	3330756	2626781	40226,38	6582220	5301166	8508866	99276,20	

Financial Companhia de Seguros

CARTÃO-PROPOSTA SEGURO VIDA GRUPO E/OU ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO PLANO CONVENCIONAL

Nº DE ORDEM

197650

APÓLICES Nºs

VIDA GRUPO

ACIDENTES PESSOAIS

ETIQUETA

ESTIPULANTE

C O D E M A T

(05) PROPONENTE

NÍVIA MELHORANÇA BICALHO

(06) DATA NASCIMENTO

29.12.48

(07) CPF

457.099.639

D.V.

68

(08) SEC.

DATA ADM. EMPRESA

02.01.89

(09) Cód. OCUPAÇÃO

SALÁRIO

NCZ\$ 3.626,23

SEGURO PRINCIPAL

CAPITAL VIDA GRUPO

CAPITAL ACIDENTES PESSOAIS

MORTE NATURAL

MORTE ACIDENTAL

I.P.T.P.

A.M.D.S.

D.H.

D.I.T.

(10) PLANO

(11) CUSTO MENSAL TOTAL

(12) RETROATIVO

(13) INÍCIO VIGÊNCIA

(14) C. COM.

(15) ANGARIADOR

(16) Nº P.R.A.P.

BENEFICIÁRIO

% PART.

PARENTESCO

CARACTERÍSTICA DO SEGURO

☒ ADESÃO☐ ALTERAÇÃOOUTROS SEGUROS
ACIDENTES PESSOAIS

MORTE

INVALIDEZ

(17) PROPONENTE

(18) DATA NASCIMENTO

(19) CPF

457.099.639

D.V.

68

(20) SEC.

(21) Cód. OCUPAÇÃO

(22) Nº P.R.A.P.

CÔNJUGE

CAPITAL VIDA GRUPO

CAPITAL ACIDENTES PESSOAIS

MORTE NATURAL

MORTE ACIDENTAL

I.P.T.P.

A.M.D.S.

D.H.

D.I.T.

BENEFICIÁRIO

O BENEFICIÁRIO DO CÔNJUGE SERÁ SEMPRE O SEGURO PRINCIPAL

CARACTERÍSTICA DO SEGURO

☐ ADESÃO☐ ALTERAÇÃOOUTROS SEGUROS
ACIDENTES PESSOAIS

MORTE

INVALIDEZ

QUESTIONÁRIO A SER RESPONDIDO PELO PROPONENTE

RESPONDA DE PRÓPRIO PUNHO AS PERGUNTAS A SEGUIR, ESCRREVENDO POR EXTENSO AS RESPOSTAS 'SIM' OU 'NÃO' E AS EXPLICAÇÕES, QUANDO FOR O CASO:

	SEG. PRINC.	CÔNJUGE	SEGURO PRINCIPAL	CÔNJUGE
1 - CONSIDERA-SE ATUALMENTE EM BOAS CONDIÇÕES DE SAÚDE?	60	61	EM CASO NEGATIVO, INDIQUE O MOTIVO:	
2 - PRÁTICA PARA-QUEDISMO, VÔO LIVRE OU EXERCE ATIVIDADE PROFISSIONAL A BORDO DE AERONAVES DE QUALQUER CARACTERÍSTICAS?			EM CASO AFIRMATIVO, ESPECIFIQUE:	
3 - TEM DEFICIÊNCIA DE ÓRGÃOS, MEMBROS OU SENTIDOS?			QUAIS E EM QUE PORCENTAGENS?	
4 - SOFRE ATUALMENTE OU SOFREU NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS DE ALGUMA MOLÉSTIA QUE O TENHA OBRIGADO A CONSULTAR MÉDICOS, HOSPITALIZAR-SE OU AUSENTAR-SE DE SUAS ATIVIDADES NORMAIS DE TRABALHO?			QUANDO? INDIQUE AS MOLÉSTIAS E OUTROS DETALHES:	
5 - ENCONTRA-SE ATUALMENTE EM PLENA ATIVIDADE DE TRABALHO?			EM CASO NEGATIVO, ESPECIFIQUE O MOTIVO:	
6 - JÁ TEVE ALGUMA PROPOSTA DE SEGURO DE VIDA OU ACIDENTES PESSOAIS RECUSADA POR QUALQUER SEGURADORA?			EM CASO AFIRMATIVO, INDIQUE A ÉPOCA E A SEGURADORA:	
7 - JÁ RECEBEU INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ?			EM CASO AFIRMATIVO, INDIQUE A ÉPOCA E A SEGURADORA:	
TEM OUTRO(S) SEGURO(S) DE ACIDENTES PESSOAIS EM VIGOR NESTA DATA?			EM CASO AFIRMATIVO, ESPECIFIQUE ABAIXO:	

	SEGURADORAS	APÓLICE Nºs	VENCIMENTOS	MORTE ACIDENTAL	INVALIDEZ	A.M.D.S.	D.H.	D.I.T.
SEG. PRINC.				62	63			
CÔNJ.				64	65			

PELO PRESENTE, AUTORIZO A INCLUSÃO DO MEU NOME NA(S) APÓLICE(S) DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO (E/OU ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO) CONTRATADA(S) PELO ESTIPULANTE ACIMA MENCIONADO, A QUEM CONCEDO O DIREITO DE AGIR EM MEU NOME, NO CUMPRIMENTO OU ALTERAÇÃO DE TODAS AS CLÁUSULAS DAS CONDIÇÕES GERAIS E ESPECIAIS DA(S) REFERIDA(S) APÓLICE(S), DEVENDO TODAS AS COMUNICAÇÕES OU AVISOS INERENTES AO(S) CONTRATO(S) SER(EM) ENCAMINHADO(S) DIRETAMENTE AO ALUDIDO ESTIPULANTE QUE, PARA TAL FIM, FICA INVESTIDO DOS PODERES DE REPRESENTAÇÃO ORA OUTORGADOS, ENTRETANTO, FICA RESSALVADO QUE OS PODERES DE REPRESENTAÇÃO ORA OUTORGADOS NÃO LHE DÃO O DIREITO DE CANCELAR O SEGURO AQUI PROPOSTO, NO DECORRER DE SUA VIGÊNCIA, E NEM A REDUZIR MINHA(S) IMPORTÂNCIA(S) SEGURADA(S). SEM MEU EXPRESSO CONSENTIMENTO, ENQUANTO O PAGAMENTO DO(S) PRÊMIO(S) CORRER SOB MINHA RESPONSABILIDADE, ESTANDO CIENTE, CONTUDO, DE QUE A(S) APÓLICE(S) PODERÁ(ÃO) DEIXAR DE SER(EM) RENOVADA(S) EM SEUS(AS) ANIVERSÁRIOS(S) POR DECISÃO DO ESTIPULANTE OU DA SEGURADORA.

DECLARO QUE NADA OMITI EM RELAÇÃO AO MEU ESTADO DE SAÚDE, E/OU DE MEU CÔNJUGE, TENDO PRESTADO INFORMAÇÕES COMPLETAS E VERÍDICAS. CONCORDO EM QUE AS DECLARAÇÕES QUE PRESTEI PASSEM A FAZER PARTE INTEGRANTE DO CONTRATO DE SEGURO A SER CELEBRADO COM A SEGURADORA, FICANDO A MESMA AUTORIZADA A UTILIZÁ-LAS EM QUALQUER ÉPOCA, NO AMPARO E NA DEFESA DE SEUS DIREITOS, SEM QUE TAL AUTORIZAÇÃO IMPLIQUE OFENSA AO SIGILO PROFISSIONAL.

DECLARO, PARA OS DEVIDOS FINS E EFEITOS, QUE AS INFORMAÇÕES PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS E COMPLETAS, CIENTE COMO ESTOU DE QUE, DE ACORDO COM O ART. 1.444 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, SE TIVER OMITIDO CIRCUNSTÂNCIAS QUE POSSAM INFLUIR NA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA OU NA TAXA DE PRÊMIO PERDEREI O DIREITO AO VALOR DO SEGURO.

LOCAL

DATA

ASSINATURA PROPONENTE PRINCIPAL

Financial Companhia de Seguros

CARTÃO-PROPOSTA SEGURO VIDA GRUPO E/OU ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO PLANO CONVENCIONAL

Nº DE ORDEM

197650

APÓLICES Nºs

VIDA GRUPO

ACIDENTES PESSOAIS

ETIQUETA

ESTIPULANTE

C O D E M A T

05 PROPONENTE

NÍVIA MELHORANÇA BICALHO

06 DATA NASCIMENTO

29.12.48

07 CPF

457.099.639

D.V.

68

08 SEC.

DATA ADM. EMPRESA

02.01.89

CÓD. OCUPAÇÃO

SALÁRIO

NCZ\$ 3.626,23

SEGURADO PRINCIPAL

CAPITAL VIDA GRUPO

CAPITAL ACIDENTES PESSOAIS

MORTE NATURAL

MORTE ACIDENTAL

I.P.T.P.

A.M.D.S.

D.H.

D.I.T.

10 PLANO

11 CUSTO MENSAL TOTAL

12 RETROATIVO

13 INÍCIO VIGÊNCIA

14 C. COM.

15 ANGARIADOR

16 Nº P.R.A.P.

BENEFICIÁRIO

% PART.

PARENTESCO

CARACTERÍSTICA DO SEGURO

☒ ADESÃO☐ ALTERAÇÃOOUTROS SEGUROS
ACIDENTES PESSOAIS

MORTE

INVALIDEZ

17 PROPONENTE

18 DATA NASCIMENTO

19 CPF

457.099.639

D.V.

68

20 SEC.

21 CÓD. OCUPAÇÃO

22 Nº P.R.A.P.

CÔNJUGE

CAPITAL VIDA GRUPO

CAPITAL ACIDENTES PESSOAIS

MORTE NATURAL

MORTE ACIDENTAL

I.P.T.P.

A.M.D.S.

D.H.

D.I.T.

BENEFICIÁRIO

O BENEFICIÁRIO DO CÔNJUGE SERÁ SEMPRE O SEGURADO PRINCIPAL

CARACTERÍSTICA DO SEGURO

☐ ADESÃO☐ ALTERAÇÃOOUTROS SEGUROS
ACIDENTES PESSOAIS

MORTE

INVALIDEZ

AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO NO SALÁRIO SEGURO DE VIDA EM GRUPO E/OU ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO

PELO PRESENTE AUTORIZO O ESTIPULANTE ACIMA INDICADO A PROMOVER, MENSALMENTE EM MEU SALÁRIO, O DESCONTO DA IMPORTÂNCIA CORRESPONDENTE A MINHA CONTRIBUIÇÃO E A DE MEU CÔNJUGE (SE HOUVER) DO(S) SEGURO(S) ACIMA CARACTERIZADO(S) E RECOLHÊ-LO(S) A SEGURADORA RETRO MENCIONADA. NO CASO DE MODIFICAÇÃO DO VALOR DO SEGURO, EM VIRTUDE DE ALTERAÇÃO DO SALÁRIO, TAXA OU MUDANÇA DE TABELA DO SEGURO FICA O REFERIDO ESTIPULANTE AUTORIZADO A REAJUSTAR O VALOR DO DESCONTO À NOVA SITUAÇÃO.

LOCAL

DATA

ASSINATURA DO PROPONENTE PRINCIPAL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23ª REGIÃO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE 1ª JCI DE CUIABÁ / MT
ENDEREÇO: AV. RUBENS DE MENDONÇA, 491
NÓT.INT.Nº 11.105 / 93 EM 22 / 09 / 93

PROCESSO Nº 1.985 / 91
RECTE.: NÍVEA MELHORANÇA BICALHO
RECD.: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT

Pela presente, fica V. Sa. NOTIFICADO para o(s) fim(ns) previsto(s) no(s) item(ns) 13 abaixo:

01 - Comparecer à audiência para o dia de de às horas e minutos.

02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.

03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.

04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.

05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.

06 - Contra-arrazoar recurso do (a)

07 - Impugnar Embargos à Execução.

08 - contestar os Embargos de Terceiros autuados sob o Nº /

09 - Recolher as (os) no valor de CR\$

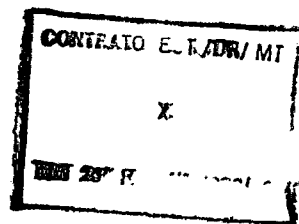
10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal em () dias.

11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal em () dias.

12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V. Sa. poderá apresentar sua defesa (Art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (Arts. 821 e 845 da C.L.T.) devendo V. Sa. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V. Sa. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.

13 - Fl. 71. Defiro a vista em Secretaria. Cbá, 14.09.93. JOÃO CARLOS R. DE SOUZA. Juiz do Trabalho Substituto.

11.105/93
1.985/91



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT - A/C DR. DIOGO DOUGLAS CAMION

BLOCO DO GPC - CENTRO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO

JT - 2012.2

CUIABÁ

Pzo. 01.10.93

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal, em 23 / 09 / 93 5ª feira MT
Diretor da Secretaria

Luzinália de Souza Moraes
Aux. Judiciário

Data da cessação da relação de emprego

(gg.)



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO



C O D E M A T
Protocolo Nº 4.498/91
Processo Nº 4.053/91
De 104 / 10 / 91
Serviço de Protocolo

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ
ENDERÊÇO: AV. RUBENS DE MENDONÇA, 491
NOT. INT. Nº 7 289/ 91 EM 30 / outubro / 1 991

PROCESSO Nº 1 985 / 91
RECTE.: NÍVEA MELHORANÇA BICALHO
RECD.: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MA
TO GROSSO-CODEMAT

Pela presente, fica V. Sª NOTIFICADA para o(s) fim(ns) pre
vista(s) no(s) item(ns) 01,02,12 e 13 abaixo:

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 24 de fevereiro de 1 992 às 13 horas e 15 minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazoar recurso do(d) _____
- 07 - Impugnar Embargos à Execução.
- 08 - Contestar os Embargos de Terceiro autuados sob o Nº _____ / _____
- 09 - Recolher as(os) _____ no valor de Cr\$ _____
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em _____ (_____) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em _____ (_____) dias.
- 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V. Sª. poderá apresentar sua defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V. Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V. Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.
- 13 - Cópia da inicial em anexo

**FAVOR TRAZER CONTESTAÇÃO POR ESCRITO
COMPARECER À AUDIÊNCIA, ACOMPANHADO
DE ADVOGADO - ART. 133 DA C. F.**

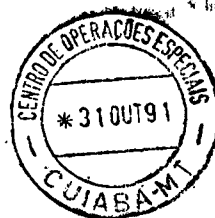
7 289/91
1 985/91

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO
GROSSO - CODEMAT

Bloco do GPC, Centro Político Administrativo

Cuiabá

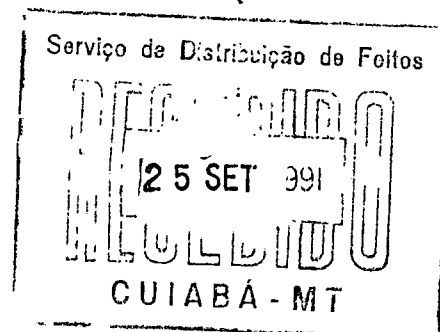
MT



CERTIFICO que o presente ex
pediente foi encaminhado ao
destinatário, via postal,
em 31/10/91
Dilma Albuquerque
Diretor de Secretaria



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA MM. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT.



NÍVEA MELHORANÇA BICALHO,
brasileira, viúva, jornalista, domiciliada nesta Capital, onde reside na avenida Rubens de Mendonça nº 652, Aptº 504, Centro, doravante denominado "RECLAMANTE", por seu advogado "in fine" assinado, com escritório profissional nesta Capital, na rua Galdino Pimentel nº 14, 14º andar, Conj. 141/143 (Edifício Palácio do Comércio), onde recebe as intimações de estilo (art. 39. do CPC), com fundamento nos artigos 837 a 842 do estatuto obreiro, arrimado ainda no art. 7º, XXVI da Constituição da República, respeitosamente, vem, a presença de Vossa Excelência apresentar a presente

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

contra a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODENAT** -, sociedade de economia mista pertencente aos quadros da Administração Indireta do Estado, doravante denominada RECLAMADA, que deverá ser notificada na pessoa de seu representante legal em sua sede social localizada no BLOCO G.P.C., Centro Político e Administrativo -CPA-, Palácio Paiaçuás, nesta Capital, pelas razões de fato e de direito de ora avante articuladas :

DOS FATOS :

1.- A RECLAMANTE era EMPREGADA celetista da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO -CODEMAT-, ora RECLAMADA, aonde foi admitida em 02/01/89, sendo sem justa causa demitida no dia 02/05/91. Percebeu como último salário que estava "congelado" desde DEZEMBRO/90, Cr.\$ 136.346,72. Tinha estabelecida como data base para reajuste anual de sua remuneração 1ª. de MAIO, data essa de forma ampla inclusive disciplinada pela Lei Estadual nº. 5025, de 09 de Junho de 1986, recepcionada pelo disposto no art. 147 da vigente Constituição Estadual, ao determinar que a revisão geral da remuneração dos servidores "far-se-á sempre na mesma data".

2.- Obediente a essa sistemática legal regente da política salarial que lhe era aplicável, no dia 28 de Julho de 1990, entre o SINDICATO representante de sua categoria profissional e a RECLAMADA, foi firmado um ACORDO COLETIVO DE TRABALHO para vigor no período de 1ª. de MAIO de 1990 a 30 de ABRIL de 1991, segundo o qual, dentre outros ajustes, foi convencionado em sua "cláusula" I, versante sobre o "reajuste salarial", reajustamento salarial até o mês de AGOSTO/90; estabelecendo-se em sua cláusula 5.2 que

"Fica aberta a negociação a qualquer tempo, em face da situação econômica do País".

3.- Coerente com essa situação e com o objetivo de repor pelos Índices oficiais do IPC as perdas salariais consequentes da inflação acumulada no período de MAIO/90 a agosto/90, período no qual não houve reajustes, devidamente autorizado pelo Governo do Estado de Mato Grosso então representado pelos senhores Secretários de Administração e Fazenda, entre a RECLAMADA (-CODEMAT-), representada por sua DIRETORIA EM EXERCÍCIO e o SINDICATO representante da categoria profissional do RECLAMANTE, em 27 de setembro de 1990 foi aditado o já mencionado ACORDO COLETIVO DE TRABALHO de 28/07/90, firmando-se um TERMO ADITIVO onde pactuado que, "verbis":

"CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do
Estado de Mato Grosso.

TERMO ADITIVO AO ACORDO COLETIVO DE
TRABALHO, CELEBRADO EM 28 DE JULHO
P. PASSADO E REGISTRADO NA D.R.T/MT



SOB O Nº 204/90, QUE ENTRE SI
CELEBRARAM O SINDICATO DOS
TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
PROCESSAMENTO DE DADOS DE MATO
GROSSO - SINDPD/MT E A COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO
GROSSO - CODEMAT.

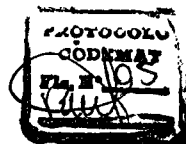
Em reunião realizada no dia 04 de setembro p.
passado, o Governo do Estado, naquele ato
representado pelos Exmos secretários de Estado
da Administração e da Fazenda, e
representantes dos servidores públicos
estaduais, discutiram as perdas salariais da
categoria e uma nova política salarial a ser
aplicada aos vencimentos dos respectivos
servidores.

Por decisão unânime dos participantes, ficou
decidido e consequentemente oposto na
competente "Ata de Reunião", que os
percentuais ali definidos seriam aplicados nos
salários dos servidores da Companhia de
Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso-
CODEMAT nos itens e condições a seguir:

1- Na próxima data-base da categoria, ou seja
MAIO/91 a empresa reajustará o salário dos
servidores no percentual de 44,80% (quarenta e
quatro inteiros e oitenta décimos por cento)
referente ao I.P.C. do mês de Abril/90.

2- Nos meses de NOV/90 à ABRIL/91, a empresa
concederá um reajuste total de 49,49%
(quarenta e nove inteiros e quarenta e nove
décimos por cento) referente a inflação
acumulada no período de maio a agosto de 1990,
obedecendo ao parcelamento abaixo
especificado:

- NOV/90 : 03% (três por cento)
- DEZ/90 : 03% (três por cento)
- Jan/91 : 03% (três por cento)
- Fev/91 : 08% (oito por cento)
- Mar/91 : 12,55% (doze inteiros e
cinquenta e cinco por
cento)
- Abr/91 : 12,55% (doze inteiros e
cinquenta e cinco por
cento)



3- A empresa pagará, ainda nos meses de outubro/90, Dezembro/90, Fevereiro/91 e Abril/91, o percentual de 6,09% (seis inteiros e nove décimos por cento), assegurando um crescimento real no salário da categoria.

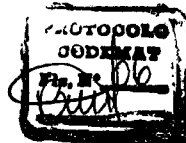
4- Finalmente, a empresa adotará uma política salarial trimestral, a iniciar-se o primeiro trimestre em setembro/90 e findar-se em novembro/90, onde o I.P.C. acumulado do período, ou qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo, será creditado na folha de pagamento do mês de dezembro do ano em curso.

O I.P.C. acumulado do segundo trimestre, ou seja Dezembro/90 à Fevereiro/91, será creditado na folha de pagamento do mês de Março/91 e assim sucessivamente.

5- Em atendimento à reivindicação do SINDPD/MT e para evitar quaisquer dúvidas na aplicação dos percentuais dispostos nos itens acima, foi inserido no presente instrumento o quadro demonstrativo abaixo:

mes	Repos.Salarial	Ganho Reais	Política Salarial
Outubro	-----	6.09%	-----
Novembro	3%	-----	-----
Dezembro	3%	6.09%	IPC Set/Out/Nov
Janeiro	3%	-----	-----
Fevereiro	3%	6.09%	-----
Março	12,55%	-----	IPC Dez/Jan/Fev
Abril	12,55%	6.09%	-----
Maio	44,80%	-----	-----

E por estarem as partes certas, justas e acordadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias e na presença de 02 (duas).



testemunhas, que se obrigam a cumprir e a fazer por si e/ou seus sucessores, ratificando os demais Itens do Acordo Coletivo de Trabalho ora aditado.

Cuiabá, 27 de setembro de 1990

DEJAIR DE SOUZA SOARES
Pres. do SINDPD

JOSE MOACIR WITCAZAK
Pres. da Codemat

NILZA DA S. TAQUES VIEIRA
Delegada

LUIZ ANTONIO POSSAS CARVALHO
Dir. Adm. Financeiro

WALDOMIRO DO ALEM RIZK
Delegado

JOSE OTTO COSTA SAMPAIO
Dir. Superintendente

BENEDITO RUFINO DA SILVA
Dir. de Operações

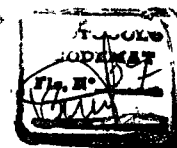
4.- O RECLAMADO cumpriu parte do pactuado no TERMO ADITIVO, pagando corretamente os reajustes salariais de:

a) até o mês de DEZEMBRO/91 o previsto na sua cláusula 2, de 3% correspondente ao mês de novembro/90; 3% de dezembro/90;

b) parte do crescimento real do salário mínimo previsto em sua cláusula 3, correspondente a 6,09% de outubro/90 e 6,09% de dezembro/90;

c) Pela mesma forma, pagou no mês de dezembro/90 o percentual do IPC acumulado nos meses de SET/OUT/NOV/90 (conforme cláusula 5).

5.- Nessa sorte, as reposições salariais de 3% de janeiro/91; 8% de fevereiro/91; 12,55% do mês de março/91; 12,55% de abril/91; 6,09% de ganhos reais de fevereiro/91 e 6,09% de abril/91; 44,80% de perdas salariais de maio/91, acrescidos ainda do percentual acumulado do IPC de dez/90, Jan/fev/91, de 72,87%, não foram pagos pela RECLAMADA, sob a escusa de haver sido expedida pelo Governo do Estado de Mato Grosso, através de sua "Secretaria de Administração", "DETERMINAÇÃO EXPRESSA" no sentido de não mais cumprir o TERMO ADITIVO objeto desta ação.



DO DIREITO

6.- Do exposto, porém, constata-se que em maio de 1991 o RECLAMANTE já tinham a receber consoante o TERMO ADITIVO, de conformidade com o pactuado, os vencimentos dos meses de JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL E MAIO de 1991, que já não podiam em razão do implemento do termo a que se referiam e a anterioridade das normas em que fixados, estar sujeitos a qualquer redução.

7.- O ACORDO COLETIVO em referência e o TERMO ADITIVO posteriormente acertado entre a RECLAMADA sob o referendun do próprio Governo do Estado, e o órgão sindical representativo de classe do RECLAMANTE, como negócio jurídico, afinado à legislação então vigente, configurou autêntico ato jurídico perfeito que, na lição de JOSÉ AFONSO DA SILVA, nos termos do art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República, é "aquele que sob o regime da lei antiga se tornou apto a produzir os seus efeitos pela verificação de todos os requisitos a isso indispensável. É perfeito ainda que possa estar sujeito a termo ou condição" (Curso de Direito Constitucional Positivo, pág. 376, 5ª edição revista e atualizada).

8.- A recusa da RECLAMADA em dar integral cumprimento ao TERMO ADITIVO caracteriza inescandível e manifesta violação aos princípios constitucionais da irredutibilidade dos vencimentos e da intangibilidade dos atos jurídicos perfeitos e dos direitos adquiridos.

A se admitir tal precedente, estar-se-á viabilizando que referido ato administrativo da RECLAMADA invada o passado, desconheça o ato jurídico perfeito e casse direitos que já se haviam incorporado ao patrimônio individual do RECLAMANTE, efeitos que a Constituição da República expressa e peremptoriamente recusou até a lei.

9.- Não é demais repetir que a negativa de cumprimento integral do TERMO ADITIVO atinge frontalmente o ato jurídico perfeito e os direitos subjetivos, líquidos, certos e adquiridos do RECLAMANTE, como se fosse possível a RECLAMADA ignorar e afrontar as situações jurídicas de vantagem consolidadas, relativas às remunerações já vencidas, através de um ato viciado, arbitrário, eivado de violência e de manifesta inconstitucionalidade.



Tanto é verdade, que em rescisões de contrato de trabalho de EMPREGADOS por ela recentemente demitidos, conforme ressalta da inclusa documentação, foi dado integral cumprimento à todas as vantagens pactuadas no Termo Aditivo, configurando a recusa da RECLAMADA em cumprí-lo em relação ao RECLAMANTE verdadeiro ato de odiosa discriminação, ferindo mesmo os princípios constitucionais de que "todos são iguais perante a lei". Tal conduta acarreta manifesta lesão aos seus direitos adquiridos, líquidos e certos, e torna necessária a intervenção corretiva do Poder Judiciário para repará-la, restaurando o Império do Direito.

10.- Finalmente, disciplina a letra "a" do § 6º do art. 477 da CLT, que o pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão deverá ser efetuado

"até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato.",

cominando o § 8º do mesmo artigo que a inobservância do aí disposto sujeitará o infrator à multa em favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, que deverá ser paga de forma corrigida desde a data do inadimplemento da obrigação até o dia do efetivo pagamento.

Por assim, trabalhando no curso do prazo do aviso prévio que vigeu no interregno de 02/04 a 02/05/91, indubitoso que o pagamento das verbas rescisórias deveria ter ocorrido no dia 03/05/91, primeiro dia útil imediato ao término do contrato. Como a RECLAMADA foi quitar a rescisão tão-somente no dia 20/05/91, ao RECLAMANTE assiste o direito de receber a multa prevista no já mencionado § 8º, do art. 477 da CLT.

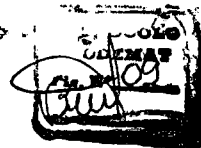
DO PEDIDO

11.- Diante dos fatos apontados, o RECLAMANTE pleiteia o pagamento com juros e correção monetária das verbas salariais abaixo discriminadas, com aplicação do art. 467 da CLT, se não satisfeitas na audiência inaugural:

a) NOS TERMOS DA CLÁUSULA 2, do Termo Aditivo;

I-) reposição salarial de 3% a incidir sobre os salários de dezembro/90, a ser pago no mês de Janeiro/91.

II-) Idem, de 8% a incidir sobre os salários de Janeiro/91, a ser pago no mês de fevereiro/91.



III-) reposição salarial de 12,55% a incidir sobre os salários de FEVEREIRO/91, a ser pago no mês de MARÇO/91;

IV-) reposição salarial de 12,55% a incidir sobre os salários de MARÇO/91, a ser pago no mês de ABRIL/91;

b) NOS TERMOS DA CLÁUSULA 3 do Termo Aditivo:

I-) reposição salarial de 6,09% a incidir sobre o salário de janeiro/91, a ser pago no mês de fevereiro/91;

II-) reposição salarial de 6,09% a incidir sobre o salário de MARÇO/91, a ser pago no mês de ABRIL/91;

c) NOS TERMOS DA CLÁUSULA 5, do Termo Aditivo:

I-) reposição salarial de 44,80% sobre os salários de ABRIL/91, a ser pago no mês de MAIO/91.

d) NOS TERMOS DA CLÁUSULA 4, do Termos Aditivo:

I-) IPC a ser pago no mês de MARÇO/91, acumulado nos meses de DEZEMBRO/90 de 18,30%; JANEIRO/91 de 19,91% e FEVEREIRO/91 de 21,87%, totalizando 72,87%.

e) MULTA por infração dos §§ 6º e 8º do art. 477 da CLT, equivalente ao seu último salário, que deverá ser paga de forma corrigida, desde a data do inadimplemento da obrigação até o dia do efetivo pagamento.

f) VERBA FUNDIÁRIA sobre letras "a" usque "e", com acrescimo de 40%, como se apurar em regular execução de sentença.

g) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

11.- Face ao exposto, requer a Vossa Excelência se digne determinar a notificação do RECLAMADO na pessoa de seu representante legal para comparecer à audiência que for designada, sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato, devendo, a final, ser a reclamação julgada procedente e condenada a RECLAMADA no pedido e demais cominações legais.



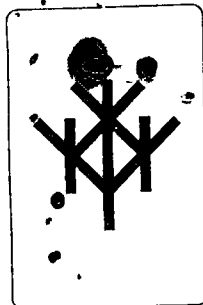
Protestando pela produção de todas as provas em direito admitidas, sem exclusão de uma só, em, especial pelo depoimento pessoal do representante legal da RECLAMADA, oitiva de testemunhas que serão arroladas oportunamente e dando-se à causa para fixar algada o valor de Cr\$ 1.500.000,00.

P. Deferimento.

CUIABÁ-MT, Maio 22, 1991.

PP.

WALTER ROSEIRO COUTINHO
OAB/MT nº 3064/A



1 - Carimbo padronizado do CGC

03 474 053 / 0001-32

GIA. DE DES. ENVOLVIMENTO DO ESTADO
DE MATO GROSSO - CODEMAT

C. P. A.

Cuiabá - CEP. 78.000 - MT

2 - Nome ou Razão Social

CODEMAT

3 - Endereço

PALÁCIO PAIAGUÁS - BLOCO SEPLAN

4 - Telefone

313-2232

5 - CEP

6 - Município

78050970

CUIABÁ

7 - UF
MT

8 - Outras informações

Salário Contribuição:

Nº de Empregados

01

- Empregados.....: R\$ 5.365,00

- Empregadores/Autônomos: R\$

- Cód. SAT.....:

MEVIA MELHORANÇA BICALHO

CEF 1016952910V95111763 10Z60

1.363,09R3068

1ª via

9 - Tipo de identificação

1. CGC
2. CEI

11 - FPAS

736

13 - Competência (mês/ano)

1 | 1 | 9 | 6

10 - Identificação

03.474.053/0001-32

12 - Referência (uso INSS)

14 - Comp. (uso INSS)

15 - Vencimento (uso INSS)

Discriminativo

Código

Valor

16 - Segurados

1031

91,59

17 - Empresa

1040

1.260,77

18 - Terceiros

0002

10,73

19 -

20 -

21 - Deduções FPAS

1058

22 - Total Líquido

1066

1.363,09

23 - Atualização Monetária

1074

24 - Juros/Multa

1082

25 - Total

1090

1.363,09

26 - Autenticação mecânica



MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO
Documento de Arrecadação
de Receitas Federais

DARF

11 RESERVADO

01 CARIMBO DO CGC

03 474 053 / 0001-32

GIA. DE DES. ENVOLVIMENTO DO ESTADO
DE MAT. 3.0000 - CODEMAT

C. P. A.

Gulabá - CEP. 78.000 - MT

02 DATA DE VENCIMENTO

30.11.95

03 Nº CPF OU CGC

03.474.053/0001-32

04 CÓDIGO DA RECEITA

0561

05 Nº DA REFERÊNCIA

06 Nº DO PROCESSO

12 NOME

CODEMAT

13 TELEFONE

313-2232

07 VALOR DA RECEITA

1.127,77

14 VALOR ORIGINAL DO IMPOSTO E OUTRAS INFORMAÇÕES PREVISTAS EM INSTRUÇÕES

RENDIMENTO TRABALHO ASSALARIADO

- NIVIA MELHORANÇA BICALHO

R\$ 5.365,00

ATENÇÃO

SENDO PESSOA JURÍDICA,
ALÉM DA APLICAÇÃO
DO CARIMBO CGC
NO CAMPO 01,
PREENCHER O CAMPO 03.

08 VALOR DA MULTA

09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGO DL-1025/69

10 VALOR TOTAL

1.127,77

15 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA (SOMENTE NAS 1ª E 2ª VIAS)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA JUNTA DE CON
CILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MATO GROSSO 1ª

REF. PROCESSO Nº

1.985/91


NIVEA MELHORANÇA BICALHO

Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato
Grosso - CODEMAT, já qualificada nos autos acima, por seu advo
gado abaixo assinado, vem à presença de V. Exª, para requerer
vista dos autos.

Termos em que j. esta

Pede deferimento.

Cuiabá-MT, 26 de agosto de 1.993


Diogo Douglas Carmona
Advogado - OAB MT 761
CPF 021.705.401 - 30

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA 1a. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIÁBA - MATO GROSSO.

Processo no.1985/91.

Reclamante: NIVEA MELHORANÇA BICALHO

Reclamado : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO
- CODEMAT.

A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, sociedade anônima de economia mista, inscrita no CGC do MF sob no. 03.474.053.0001/32, sediada no Centro Político e Administrativo - C.P.A. - Bloco GPC, nesta capital, por um de seus procuradores, abaixo assinado, vem apresentar sua **CONTESTAÇÃO**, no processo acima, e o faz pelos motivos que passa a expor e a requerer:

1. A Reclamante foi demitida em 02.05.91, pertencendo a época, salário de Cr\$136.346,72 (cento e trinta e seis mil, trezentos e quarenta e seis cruzeiros e setenta e dois centavos), não sendo verdadeira a sua frágil alegação de que a Reclamada não quitou, na sua totalidade, as verbas trabalhistas que lhes eram devidas.

2. É imperioso lembrar, que "A lei estadual 5025 de 09.06.86, recepcionada pelo disposto no artigo 467 da Constituição Estadual" a que se refere o Reclamante, foi **modificada pela lei superviniente de no. 8.178 de 01.03.91**, que traçou normas e novas diretrizes sobre a política de preços e salários, ficando, portanto, o pedido de Reclamante, prejudicado, em seu petitório no itens 1 e 2.

3. Quanto ao cumprimento do ACORDO

COLETIVO DE TRABALHO e TERMO ADITIVO, a que se refere, no item 3, e que o Reclamante transcreve, a lei 8.178/91, entende que ele é CELETISTA, e não funcionário público, e por consequência, está abrangido pelo ditames do referido dispositivo legal.

Nesse sentido, a douda Procuradoria Geral do Estado, emitiu Parecer de no. 100/91, (em anexo), entendendo que o ACORDO COLETIVO DE TRABALHO e seu respectivo - TERMO ADITIVO, devem ser declarados NULOS de pleno direito, não se aplicando as sociedades de economia mista, como é o caso vertente.

4. Quando a Reclamante se refere, no item 4, de que a "Reclamada cumpriu parte do acordo", é necessário lembrar que tais pagamentos se referem até 28 de fevereiro de 1.991, isto é, antes da vigência da lei 8.178, ficando desta forma, prejudicados os valores e percentagens, a que se baseia o Reclamante, no item 5 de sua pretensão inicial.

5. A Reclamada é uma sociedade de economia mista, com participação majoritária do Estado, de acordo com a lei 2.626 de 07.07.66, artigo 10o..

Nesse contexto, e combinando com o artigo 128, parágrafo único da Constituição Federal, a Reclamada, se insere na Administração Indireta do Estado, sujeita, portanto, as várias determinações emanadas do Direito Público, tais como processo licitatório; análise da legalidade de despesas pelo Tribunal de Contas do Estado e equiparação de seus funcionários e dirigentes a funcionários públicos, para efeitos penais, sem perder todavia, a qualidade de empresa privada.

E assim, que determina o artigo 173, parágrafo 1o. da Constituição Federal, "in verbis":

"Art. 173 - ...

Parágrafo 1o. - A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto as obrigações trabalhistas e tributárias". (grifos nossos).

6. Nos itens 6 "usque" 10, a Reclamante joga com as palavras de maneira confusa, sem no entanto demonstrar de maneira inequívoca a sua pretensão e tenta ludibriar a Justiça com pretensão de direito e com verbas que são apenas meras expectativas, não gerando nenhum direito.

O Acordo Coletivo de Trabalho e Termo Aditivo, estão sendo questionados na Justiça Trabalhista, através dos processos 1.607/91 e 1.920/91, distribuídos na 1a. Junta de Conciliação e Julgamento desta capital e ainda não foram sentenciados.

7. Não há, por final, em se falar em verbas incontroversas, com o "pallium" do artigo 467 da CLT, como pretende a Reclamante, pois o festejado e renomado MOZART VICTOR RUSSOMANO, em "Comentários à CLT" - 13a. ed. - Ed. Forense fls.

481/482, assim se manifesta:

" I - ...


II- SALARIO INCONTROVERSO - a PORÇÃO salarial que deve ser paga de imediato, em juízo, é aquela sobre a qual não há a menor dúvida, sendo reconhecida pelo devedor. Mesmo que a parte sobre a qual há controvérsia seja favorável ao empregado--- por ter havido controvérsia--- nunca será paga em dobro".

8. Quanto ao item 11, suas alíneas e incisos, a Reclamante se torna repetitivo, e sua aplicabilidade ou não à Reclamada, está condicionada à validade e ao reconhecimento do Acordo Coletivo de Trabalho e Termo Aditivo.

Protesta provar o alegado com todas as formas de direito admitidas, depoimento pessoal da Reclamante, desde já requerido e oitiva de testemunhas que serão arroladas oportunamente.

Termos em que j. esta
Pede deferimento.

Cuiabá 15 de fevereiro de 1.992.


Diogo Douglas Catmona
Advº. OAB/MT N.º 751
— CODEMAT —

24

FEVEREIRO

92

CUIABÁ-MT

1

1985 91

NIVEA MELHO

RANÇA BICALHO

CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO
DO MATO GROSSO

13:15

presentes,

o reclamado pelo preposto SEBASTIÃO CARLOS CORREA COSTA, assistido
pelo DR. ADIOGO DOUGLAS CARMONA, OAB/MT 751, presente o advogado da
reclamante DR. MARCO ANTONIO ROSEIRO COUTINHO, OAB/MT, presente a
reclamante.

Defesa escrita, sem documentos.

Conciliação recusada.

As partes declaram que não pretendem produzir provas
neste processo, vez que a matéria objeto do mesmo é apenas de direi
to, encontrando-se os fatos já provados, razão pela qual encerra-se
a instrução processual.

Em razões finais oraís pela procedência e improcedência.

Conciliação o recusada.

Suspensa a audiência e adiado o seu prosseguimento para p
publicação de sentença para o dia 28/7/92, às 16:00 horas.

Cientes os presentes.

Nada mais.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ
ENDERÊÇO: AV. RUBENS DE MENDONÇA, 491

Nº INT. Nº 4.543 / 92 EM 05 / agosto / 1 992

PROCESSO Nº 1.985/91

RECTE.: NÍVEA MELHORANÇA BICALHO

RECD.: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO EST. DE MT.
CODEMAT.

Pela presente, fica V. Sª. NOTIFICADA para o(s) fim(ns) pre-
visto(s) no(s) item(ns) 04 abaixo;

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia _____ de _____ de _____ às _____ horas e _____ minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - ~~Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.~~
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazoar recurso do(a) _____
- 07 - Impugnar Embargos à Execução.
- 08 - Contestar os Embargos de Terceiro autuados sob o Nº _____ / _____
- 09 - Recolher as(os) _____ no valor de Cr\$ _____
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em _____ (_____) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em _____ (_____) dias.
- 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V. Sª. poderá apresentar sua defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V. Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V. Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.
- 13 -

4.543/92

1.985/91

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO EST. DE MT. - CODEMAT.
A/C DR. DIOGO DOUGLAS E ARMONA
BLOCO DO GPC-CENTRO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO-CPA

CUIABÁ

MT.

CERTIFICO que o presente ex-
pediente foi encaminhado ao
destinatário, via postal,
em 06/08/92 5º feir
PZP Dr. Diogo Douglas e Armona Costa
Assessor Judiciário
1ª JCI CPA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 28 dias do mês de JULHO do ano de 1.992, reuniu-se a 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de CUIABÁ - MT, presentes o(a) Exmo(a) Juiz(a) Presidente Dr(a) ANDRÉ DAMASCENO e os Srs. Juízes Classistas, que ao final assinam, para audiência relativa ao Proc. J.C.J. 1.985 / 91, entre partes: NIVEA MELHORANÇA BICALHO e COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO Reclamante(s) e Reclamado(s), respectivamente.

Às 16:00 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do(a) MM. Juiz(a) Presidente, apregoadas as partes ausentes.

Proposta a solução do dissídio e colhidos os votos dos Juízes Classistas, a MM. Junta à unanimidade, julgou os pedidos PROCEDENTES EM PARTE, adotando em todos os seus termos o seguinte voto do Juiz Presidente:

VOTO DO JUIZ PRESIDENTE.

RELATÓRIO.

NIVE MELHORANÇA BICALHO ajuizou ação trabalhista contra sua ex-empregadora COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - COBEMAT, denunciando irregularidades havidas no curso e término da relação de emprego. Por isto formula os pedidos constantes às fls..(08/09%).

A reclamada defendeu-se (fls. 44/46).

O resumo dos pedidos e da defesa serão expostos com os fundamentos deste voto, em cumprimento ao disposto no art. 832, da CLT.

Foi produzida prova documental.

Não foi possível a conciliação.

É o relatório.

VOTO:

1. - DIFERENÇAS SALARIAIS

1.1. - Discute-se o direito de o reclamante receber os rea-

justes salariais previstos no Acordo Coletivo de Trabalho, firmado entre a reclamada e o sindicato representante da categoria profissional do empregado; bem como em seu termo aditivo, ambos para vigorar de 01.09.90 a 31.04.91. O reclamante afirma que o acordo só foi cumprido até dezembro de 1.990, pelo que requer o pagamento dos seguintes reajustes:

a)- 3% em janeiro/91, em face do previsto no 2º item do termo aditivo;

b)- 8% mais 6,09% em fevereiro, em face do previsto nos 2º e 3º itens do termo aditivo;

c)- 12,55%, mais 72,87%, referente ao IPC dos três meses anteriores, no mês de março, em face do previsto nos itens 2 e 4 do termo aditivo;

d)- 12,55% mais 6,09% em abril, em face do previsto nos itens 2 e 3 do termo aditivo; e

e)- 44,80% no mês de maio, em face do previsto no item 1, do termo aditivo.

Diz que foram aplicados os reajustes a outros empregados.

1.2. - A reclamada não contesta os fatos alegados, limitando-se a sustentar ser inaplicável às sociedades de economia mista, as condições previstas em negociações coletivas. Alega também que a Lei 8178/91 modificou as normas atinentes aos salários, impossibilitando o cumprimento do acordo.

1.3. - O art. 173, § 1º, da Constituição Federal diz expressamente que as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime jurídico das demais empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas. Assim, não há que se falar em nulidade do Acordo Coletivo de Trabalho, nem de seu termo aditivo. Note-se que a Procuradoria Geral do Estado, não tem competência para declarar nulidade de Contratos Coletivos de Trabalho, eis que não é órgão do Poder Judiciário Federal. Também não há que se falar da impossibilidade de negociação coletiva com as sociedades de economia mista, eis que prevista a possibilidade de sindicalização de seus empregados (art. 566, § único, da CLT), bem como a validade das convenções e acordos coletivos (art. 7º, XXVI, da CF).

1.4. - A Lei nº 8178/91, não faz menção ao Acordo Coletivo em questão. Sendo válido o acordo, deve ser cumprido. Caso as partes con

venientes encontrem-se impossibilitadas de honrar o estabelecido, poderão denunciar o A.C.T., (art. 615, da CLT). não podem é simplesmente descumprí-lo.

1.4.1. - Note-se que a própria reclamada reconhece a validade do acordo, eis que vem, de forma discriminatória, cumprindo-o para alguns empregados, e para outros não.

1.5. - Assim, devidos os pedidos formulados, na forma do item 1.1., deste voto. Os reajustes incidem sempre sobre a remuneração total do mês imediatamente anterior.

2. - DEMAIS POSTULAÇÕES.

2.1. - Em face da natureza salarial das parcelas supra deferidas, é devido o pagamento dos valores referentes aos depósitos do FGTS, com acréscimo de 40%, em face da demissão do reclamante. Tal pedido não foi sequer contestado.

2.2. - Devida a multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT, eis que não foi sequer contestado o pedido, e o pagamento das verbas foi efetuado com atraso, conforme comprovado pelo Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho do reclamante.

2.3. - O art. 9º, da Lei nº 6.709/79, foi revogado pelo Decreto-Lei 2.284/86, que regulou totalmente a matéria.

2.4. - Os honorários advocatícios são indevidos, eis que não caracterizada a hipótese do art. 14, da Lei nº 5.584/70.

2.5. - Em face da iliquidez dos pedidos, são excluídas as obras do art. 467, da CLT.

3. - CONCLUSÃO

Pelo exposto, julgo os pedidos PROCEDENTES EM PARTE, para condenar a reclamada a pagar ao reclamante as verbas mencionadas nos itens 1.5., 2.1., e 2.2., deste voto, que ficam fazendo parte integrante desta parte dispositiva, cujos valores serão apurados em processo de execução. Tudo com acréscimo de correção monetária e juros incidentes sobre o principal corrigido. Custas pela reclamada, sobre o valor final da condenação, no momento fixadas em CR\$ 64.638,04, calculadas sobre CR\$. 3.200.000,00, valor arbitrado. Após o trânsito em julgado desta sentença, oficial-se-á ao INSS e à DRT/MT, para os fins previdenciários e administrativos.

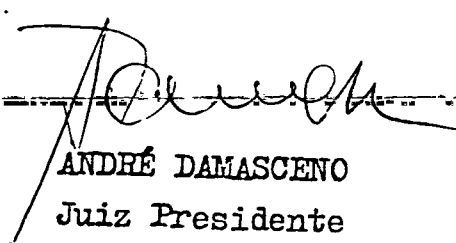
T.R.T. 1.2. 1985

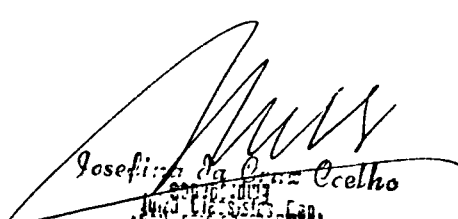
1.985/91

ministrativos de direito.


Intimem-se as partes.

NADA MAIS.


ANDRÉ DAMASCENO
Juiz Presidente


Josefinha da Silva Coelho
Empregada


Manoel Alves Coelho
Juiz Causado Rep. Empregador


Dulce Guimarães da Costa
Diretora de Secretaria Substituto

Ciente em 04/08/92
Jmo PL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ/MT

ENDEREÇO: AV. RUBENS DE MENDONÇA, nº 491

NOT. INT. Nº 7.837 / 92 EM. 27 / novembro / 1.992

PROCESSO Nº 1.985/91 / _____
RECTE.: NÍVEA MELORANÇA BICALHO
RECD.: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Pela presente, fica V. Sª. NOTIFICADA para o(s) fim(ns) pre-
visto(s) no(s) item(ns) 13 abaixo:

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia _____ de _____ de _____ às _____ horas e _____ minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazoar recurso do(a) _____
- 07 - Impugnar Embargos à Execução.
- 08 - Contestar os Embargos de Terceiro outuados sob o Nº _____ / _____
- 09 - Recolher as(os) _____ na valor de Cr\$ _____
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em _____ (_____) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em _____ (_____) dias.
- 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V. Sª. poderá apresentar sua defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V. Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V. Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato.
- 13 - Desp. de fls. 54. Intimem-se as partes para que apresentem os cálculos de liquidação. Cbá, 12.10.92. André Damasceno-Juiz Presidente.

7.837/92
1.985/91

COMPANHIA DE DESENV. DO ESTADO DE MATO GROSSO-A/C DR.
DIGGO DOUGLAS CARMONA

CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO-BLOCO GPC

CUIABÁ

MT

CERTIFICO que a presente ex-
pediente foi encaminhado ao
destinatário, via postal,
em 30/11/92 de 2ª feira
Diretor de Secretaria

Maria Helena de Moraes





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

1ª JCI DE Cuiabá

____ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE DR. RUBENS DE MENDONÇA, 488

ENDEREÇO: _____

NOT. INT. Nº 1.883/93 / _____ EM 18 / 02 / 93

PROCESSO Nº 1.985/91 / _____

RECTE.: NÍVEA MELHORANÇA BICALHO

RECOO.: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO EST. DE MT
- CODEMAT

Pela presente, fica V.Sª. NOTIFICADO para o(s) fim(ns) pre-
visto(s) no(s) item(ns) 13 abaixo:

01 - Comparecer à audiência designada para o dia _____ de _____ de _____ às
_____ horas e _____ minutos.

02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.

03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.

04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.

05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.

06 - Contra-arrazoar recurso do(a) _____

07 - Impugnar Embargos à Execução.

08 - Contestar os Embargos de Terceiro outuados sob o Nº _____ / _____

09 - Recolher as(os) _____ no valor de Cr\$ _____

10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em _____ (_____) dias.

11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em _____ (_____) dias.

12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V.Sª. poderá apresentar sua defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V.Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.

13 - fls. 60.

Diga a reclamada sobre o cálculo ofertado pelo reclamante, em
05 (cinco) dias apresentando o seu. O silêncio será tido como
concordância. I. Cuiabá, 10.02.93 ANDRÉ DAMASCENO - JUIZ PRESIDENTE

1.883/93
1.985/91

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MT -
CODEMAT A/C DR. DIOGO DOUGLAS CARMONA

Bloco do GPC - Centro Político Administrativo

Cuiabá

MT

CERTIFICO que o presente ex-
pediente foi encaminhado ao
destinatário, via postal,
em 25/02/93 5ª feira

Adjunto de Diretor Substituto:
1ª JCI - Cuiabá-MT

cópia refe

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA MM. 1ª JUNTA DE
CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT

JULGAMENTO
T.R. 1.0.1.2.4.0.1

15 JAN 16 08 53 000194

JOC J DE CUIABÁ

Proc. nº 1985/91

NÍVEA MELHORANÇA BICALHO, nos autos do
processo em que contende com **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT**-, vem, respeitosamente, a
presença de Vossa Excelência, apresentar os cálculos da sentença
liquidanda, em anexo, elaborados em estrito cumprimento ao D.L.
75/66 e legislação subsequente, somando até o dia 30 de novembro
de 1992 o total de **Cr\$ 54.654.185.54**, cuja homologação requer.

Termos em que, j.

P. Deferimento

Cuiabá-MT, 03 de Dezembro de 1992.

PP.


WALTER ROSEIRO COUTINHO
OAB/MT nº 3064/A

Proc. nº 1.985/91

Reclamante: NÍVEA MELHORANÇA BICALHO

Reclamada : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO
- CODEMAT -

QUADRO I - DIFERENÇAS SALARIAIS E MULTA RESCISÓRIA, ANTES DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS

VERBAS - ESPECIFICAÇÃO	DEVIDAS	PAGAS	DIFERENÇA A PAGAR
1-) Diferenças salariais			
1.1 - Saldo de Salários			
janeiro	4.090.40		4.090.40
fevereiro	160.224.71	136.346.72	23.877.99
março	297.088.66	136.346.72	160.741.94
abril	352.465.99	136.346.72	216.119.27
maio	34.024.72	9.089.78	24.934.94
1.2 - Verbas Rescisórias			
13o salário - 4/12	170.123.58	45.448.92	124.674.66
férias prop. - 4/12	170.123.58	45.448.92	124.674.66
abono de férias -1/3	56.707.86	15.149.64	41.558.22
2-) Multa p/ atraso rescisão	510.370.75	-	510.370.75

EVOLUÇÃO SALARIAL :

salário DEZEMBRO/90 - congelado - CR.\$	136.346.72	X mais 03,00%
salário JANEIRO /91.....CR.\$	140.437.12	X mais 14,09%
salário FEVEREIRO/91.....CR.\$	160.224.71	X mais 85,42%
salário MARÇO/91.....CR.\$	297.088.66	X mais 18,64%
salário ABRIL/91.....CR.\$	352.465.99	X mais 44,80%
salário MAIO/91.....CR.\$	540.370.75	



Proc. nº 1.985/91

Reclamante: NÍVEA MELHORANÇA BICALHO

Reclamada : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO
- CODEMAT -

QUADRO II - DIFERENÇAS A PAGAR - atualização monetária do débito até
o dia 30/novembro/1992 -

ESPECIFICAÇÃO	DIFERENÇA A PAGAR	ÍNDICE DE CORREÇÃO	VALORES ATUALIZADOS
1-) Diferenças salariais			
1.1 - Saldo de Salários			
janeiro	4.090.40	44.1393	180.547.39
fevereiro	23.877.99	41.2517	985.007.68
março	160.741.94	38.0200	6.111.408.56
abril	216.119.27	34.9031	7.543.232.49
maio	24.934.94	32.0241	798.519.01
1.2 - Verbas Rescisórias			
13o salário - 4/12	124.674.66	32.0241	3.992.593.78
férias prop. - 4/12	124.674.66	32.0241	3.992.593.78
abono de férias -1/3	41.558.22	32.0241	1.330.864.59
2-) Multa p/ atraso rescisão	510.370.75	32.0241	16.344.163.93
SUBTOTAL (1+2)			41.278.931.21
3-) FGTS			
8% S/ dif. salarial e multa rescisão			3.302.314.50
40% (multa)			1.320.925.80
SUBTOTAL (2+3)			45.902.171.51
4-) Juros não capitaliza dos			
Juros de 1% a.m., de 25/09/91 a 30/11/92 (art. 39, Lei 8177/91)			8.752.014.03
TOTAL (3+4) DO DEBITO ATE O DIA 30/11/1992			54.654.185.54

OBS.- CÁLCULO SUJEITO AO FATOR DE ATUALIZAÇÃO AUTOMÁTICA DO DÉBITO
PELA TRD (TRA) VIGENTE NO DIA DO EFETIVO PAGAMENTO, ACRESCIDO DOS
JUROS MORATÓRIOS SIMPLES DE 1% a.m., CONTADOS A PARTIR DO DIA
01/DEZEMBRO/1992.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª Região
1ª JCJ de CUIABÁ/MT

PROCESSO: 1.985 / 91
MANDADO: 284 / 93

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO para ser cumprido na forma abaixo: _____

O DOUTOR André Damasceno
Juiz Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-Mato Grosso

Manda ao oficial de justiça-Avaliador, a quem for este distribuído, passado a favor de NÍVEA ME
INORANÇA BICALHO, CITE à COMPANHIA DE DESENV.DO ESTADO DE
MATO GROSSO-CODEMAT, para, em 48 horas, pagar a quantia
de Cr\$ 55.747.907,24 (cinquenta e cinco milhões, sete
centos e quarenta e sete mil, novecentos e sete cruzeiros, vinte, quatro
centavos), correspondente ao principal, custas
processuais, custas executivas e emolumentos devidos no processo, nos termos do (a) Acórdão

Conf. fl. 62. Acolho o cálculo de fls. 57/59. CITE-SE, inclusive, pelas
custas. Obá, 13.04.93. Ma Piedade Bueno Teixeira-Juíza do Trabalho Pre
sidente.

Crédito do exequente.	em 08.12.92. ..	Cr\$ 54.654.185,54
Custas.		Cr\$ 1.093.721,70
T O T A L.		Cr\$ 55.747.907,24

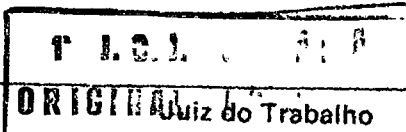
Não pago o débito ou feita a garantia, no prazo supra, PENHORE E AVALIE tantos bens quantos
bastem para integral quitação da dívida.

CASO SEJA CRIADO QUALQUER OBSTÁCULO AO CUMPRIMENTO DO PRESENTE, FICA O OFI
CIAL AUTORIZADO A SOLICITAR AUXÍLIO DE FORÇA POLICIAL, bem como a proceder às diligências ne
cessárias em qualquer dia ou hora (C.L.T. art. 770 e § único; C.P.C art. 172 §§ 1º e 2º).

O QUE CUMPRIR NA FORMA DA LEI.

Eu, André R. D. Damasceno Diretor da Secretaria - JCJ

Diretor da Secretaria, conferi e subscrevi, aos 10 dias do mês _____ de maio de 1.993



André R. D. Damasceno
Juiz Presidente

ENDEREÇO DO
EXECUTADO: Centro Político Administrativo
Bloco GPC-nesta.

Recebi em, 20.05.93

Carlos A. A. Gomes
Diretor Presidente
CODEMAT



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

1ª JCCJ de CUIABÁ/MT

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Processo Nº 1985 / 91

Aos 26 (VINTE E OITO) dias do mês de

MAIO

do ano de Mil Novecentos e **NOVENTA E TRÊS**, no (a)

C.P.A.

em cumprimento ao r. Mandado expedido pelo MM. Juiz Presidente, na execução Nº 1985 / 91

Movida por: **NÍVEA MELHORANÇA BICALHO**

Contra: CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO/CODEMAT

para a cobrança da dívida de Ncz\$ 55.747.907,24 (CINQUENTA E CINCO MILHÕES, SE-
TECENTOS QUARENTA E SETE MIL, NOVECENTOS E SETE CRUZEIROS. x. x. x)

procedi a **PENHORA E AVALIAÇÃO** dos bens a seguir enumerados:

1) UM VEÍCULO VOYAGE - MARCA VW - ANO 1981 - COR PRATA =
 PLACA AQ 0342 - GASOLINA - CHASSI 010-153, avaliado em
 Cr\$60.000.000,00 (SESSENTA MILHÕES DE CRUZEIROS), pela em-
 presa PATROMONIAL DO BRASIL, ENGº LUCIANO OSINSKI/CREA-MT
 6.507, conforme LAUDO DE AVALIAÇÃO - LOTE 01 - VOL 01,
 que encontra-se no setor patrimonial da CODEMAT.x.x.x.x.x

VALOR TOTAL - NCZ\$: 60.000.000,00

(SESENTA MILHÕES DE CRUZEIROS.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.)

Tudo para garantia da dívida referida no Mandado, e para constar, eu abaixo assinado, Oficial de Justiça-Avaliador, lavrei o presente Auto, que assino.

RESSALVAS

OFICIAL DE JUSTIÇA
FERNANDA LÚCIA OLIVEIRA DE AMORIM

AUTO DE DEPÓSITO

Após a lavratura do Auto de Penhora, fiz o depósito dos bens Penhora dos em mãos do Sr.(a): **CARLOS AUGUSTO DE ARRUDA GOMES**

Nacionalidade: **BRAS** Estado Civil: **CASADO**

Cart. Identidade Nº 127.695 Órgão Exp.: SSP/MT Data Exp.: / /

CPF: 043.867.501 / 72

Filiação: BENEDITO DE ARRUDA GOMES

MARIA HELENA ARRUDA GOMES

residente nesta Comarca à: RUA GONÇALO GOMES Nº 450 - bairro da .

MANGA - VÁRZEA GRANDE/MT

o qual como FIEL DEPOSITÁRIO se obriga a não abrir mão dos mesmos, sem autorização do MM. Juiz Presidente da Junta, sob as penas da lei.

Feito, assim, o depósito, para constar, lavrei o presente A. Auto, que assino, juntamente com o Depositário.

Cuiabá, 28 de MAIO de 19 93

OFICIAL DE JUSTIÇA

DEPOSITÁRIO
Carlos A. A. Gomes
Diretor Presidente
CODEMAT

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que intimei o executado para ciência da PENHORA E AVALIAÇÃO referida no Auto retro, bem assim de que tem o prazo de 5 (CINCO) dias, a contar desta data, para apresentar embargos, tendo o mesmo RECEBIDO-RECUSADO contrafé.

Cuiabá - 28 de MAIO de 1993

~~OFICIAL DE JUSTIÇA~~

DEPOSITĂRII
Căminul nr. 10, București
Director Prezidențial
CODEMAT

OBSERVAÇÕES: .x.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

1ª. Junta de Conciliação e Julgamento
JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE

Rua Miranda Reis, 441 - Ed. Bianchi

ENDEREÇO:

CEP. 78010-080 - Cuiabá - MT

NOT. INT. Nº 7339 / 94 EM 08 / 9 / 94

PROCESSO Nº 1985 / 91
RECTE.: NÍVEA MELHORANÇA BICALHO
RECDO: CODEMAT

Pela presente, fica V. Sa. Notificado para o(s) fim(s) previsto(s)
no(s) item(s) 13 abaixo:

01) - Comparecer à audiência para o dia de de às
horas e minutos.

02) - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.

03) - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.

04) - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.

05) - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.

06) - Contra-arrazoar recurso do(a)

07) - Impugnar Embargos à Execução.

08) - Contestar os Embargos de Terceiros autuados sob nº /

09) - Recolher as(os) , no valor de R\$

10) - Prestar, como-perito, o compromisso legal em () dias.

11) - Prestar como assistente, o compromisso legal em () dias.

12) - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V.Sa. poderá apresentar sua defesa

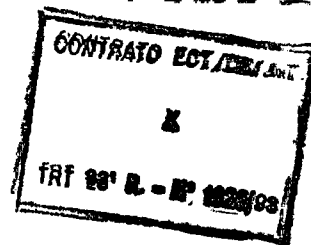
(art 846 da C.L.T.), com provas as que julgar necessárias (Arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V. Sa. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V. Sa. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.

13) - Desp. de fls. 92. Nada a decidir ante a atualização de fls. 90.
Cba, 30.08.94. Dr. Benito Caparelli, Juiz do Trabalho.

Not.....7339/94

proc.....1985/91

12-09



CODEMAT A/C. DR. DIOGO D. CAEMONA

Centro Pol. e Administrativo - CPA

CERTIFICO que o presente expediente foi
encaminhado ao destinatário, via postal, em
9 / 9 / 94 (faixa)

Luiz Carlos dos S. Ferreira
Assessoria

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 1ª JUNTA DE
CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MATO GROSSO.

PROCESSO Nº 1.985/91.

SECRETARIA DO TRIBUNAL
23ª REGIÃO - CUIABÁ

24/08 1749 025279

J. C. R. R. R. R. R.

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, já devidamente qualificada nos autos de RECLAMAÇÃO TRABALHISTA que lhe move NIVEA MELHORANÇA BICALHO, xxxxxxxxxxxx e que têm curso por essa digna Junta e Secretaria, vem à presença de Vossa Excelência requerer de signe determinar sejam ditos autos remetidos ao Sr. Contador dessa Egrêgia Junta para que seja procedida a atualização do valor de crédito do Reclamante, uma vez que pretende a requerente promover a extinção do feito, através do pagamento de todos os direitos a que o Reclamante fizer jus.

Outrossim, cumpre informar a essa Egrêgia Junta que à mera guisa de averiguação, procedeu-se aquela atualização com base nos índices oficiais editados pelo Tribunal da 23ª Região, em operação que, incidindo sobre o valor homologado às fls., indicou ascender o crédito do Reclamante a R\$1.449,44 (HUM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS).

Pede Deferimento.

Cuiabá-MT, 24 de agosto de 1.994.


NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA

OAB/MT Nº 2.597



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª Região
1ª JCJ de GUIABÁ/MT

PROCESSO: 1.985 / 91
MANDADO: 284 / 93

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO para ser cumprido na forma abaixo:

O DOUTOR André Damasceno

Juiz Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Guiabá-Mato Grosso

Manda ao oficial de Justiça-Avaliador, a quem for este distribuído, passado a favor de NÍVEA ME
IHORANÇA BICALHO, CITE à COMPANHIA DE DESENV.DO ESTADO DE
MATO GROSSO-CODEMAT, para, em 48 horas, pagar a quantia
de Cr\$ 55.747.907,24 (cinquenta e cinco milhões, sete
centos e quarenta e sete mil, novecentos e sete cruzeiros, vinte quatro
centavos, correspondente ao principal, custas
processuais, custas executivas e emolumentos devidos no processo, nos termos do (a) Acórdão
decisão

Conf. fl. 62. Acolho o cálculo de fls. 57/59. CITE-SE, inclusive, pelas
custas. Cbá, 13.04.93. Ma Piedade Bueno Teixeira-Juíza do Trabalho Pre
sidente.

Crédito do exequente.	em 08.12.92. ..	Cr\$ 54.654.185,54
Custas.		Cr\$ 1.093.721,70
T O T A L.		Cr\$ 55.747.907,24

Não pago o débito ou feita a garantia, no prazo supra, PENHORE E AVALIE tantos bens quantos
bastem para integral quitação da dívida.

CASO SEJA CRIADO QUALQUER OBSTÁCULO AO CUMPRIMENTO DO PRESENTE, FICA O OFI
CIAL AUTORIZADO A SOLICITAR AUXÍLIO DE FORÇA POLICIAL, bem como a proceder às diligências ne
cessárias em qualquer dia ou hora (C.L.T. art. 770 e § único; C.P.C art. 172 §§ 1º e 2º).

O QUE CUMPRIR, NA FORMA DA LEI.

Eu, André R. P. Damasceno Diretor da Secretaria - JCJ

Diretor da Secretaria, conferi e subscrevi, aos 10 dias do mês de maio de 1.993

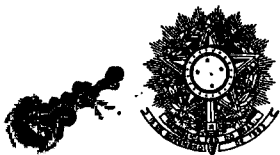
André R. P. Damasceno
Juiz Presidente

ENDEREÇO DO
EXECUTADO: Centro Político Administrativo

Bloco GPC-nesta.

Recebi em, 20.05.93

Carlos A. A. Gomes
Diretor Presidente
CODEMAT



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

1ª. Junta de Conciliação e Julgamento
JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE

Rua Miranda Reis, 441 - Ed. Bianchi
CEP. 78010-080 - Cuiabá - MT

ENDEREÇO:

NOT. INT. Nº 119 / 95 EM 12 01 95

PROCESSO Nº	1985 / 91
RECTE.:	NÍVEA MELHORANÇA BICALHO
RECDO:	CODEMAT

Pela presente, fica V. Sa. **Notificado** para o(s) fim(s)previsto(s)

no(s) item(s) **05(01nco)** abaixo:

01) - Comparecer à audiência para o dia _____ de _____ de _____ às _____ horas e _____ minutos.

02) - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.

03) - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.

04) - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.

05) - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa. **de fls. 101**

06) - Contra-arrazoar recurso do(a) _____

07) - Impugnar Embargos à Execução.

08) - Contestar os Embargos de Terceiros autuados sob nº _____ / _____

09) - Recolher as(os) _____, no valor de R\$ _____

10) - Prestar, como perito, o compromisso legal em _____ (_____) dias.

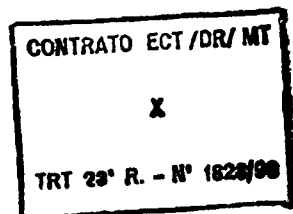
11) - Prestar como assistente, o compromisso legal em _____ (_____) dias.

12) - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V.Sa. poderá apresentar sua defesa (art 846 da C.L.T.), com provas as que julgar necessárias (Arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V. Sa. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V. Sa. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.

13)-

Not. 119/95
proc. 1985/91

30.01.



CODEMAT A/C. DR. DIOGO DOUGLAS

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal, em 13.01.95 (feita)

Centro Pol. e Administrativo - CPA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

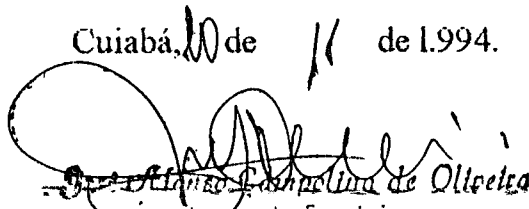


1ª JCJ-Proc. nº 1985/91

CONCLUSÃO

Nesta data faço concluso os
presentes autos a V. Exa.

Cuiabá, 10 de 11 de 1994.


Benito Caparelli

Vistos os autos,

Face a possibilidade de acordo noticiada verbalmente
pelas partes, e considerando que esta Especializada visa primordialmente a
conciliação, designo audiência para o dia 30/01/95 às 16:40 horas.

As partes deverão ser intimadas somente a partir de
janeiro, ante a alteração governamental.

Cuiabá, 10.11.94.


Benito Caparelli
Juiz Presidente

ATA DE AUDIÊNCIA
PROCESSO Nº 1.985/91

Aos 30 dias do mês de janeiro do ano de 1995, reuniu-se a Egrégia 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT, presentes o Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Presidente e os Excelentíssimos Senhores Juizes Classistas, que ao final assinam, para a audiência relativa ao Processo nº 1.985/91, entre as partes:

RECLAMANTE: NÍVEA MELHORANÇA BICALHO
RECLAMADO: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT

Às 16:40 horas, aberta a audiência, foram por ordem do MM. Juiz Presidente, apregoadas as partes: presente o advogado do reclamante DR. WALTER R. COUTINHO, OAB/MT nº 3.064-A. Presente a advogada da executada DRª VERA LÚCIA ALVES PEREIRA, OAB/MT Nº 1.658. Ausentes as partes.

Compareceu a advogada da executada informando que embora haja interesse em realizar acordo em todos os processos, tal só seria possível a partir de março/95, tendo em vista que com a posse do novo governador a empresa está fazendo um levantamento em todos os processos, inclusive, cálculos.

Pelo advogado do exequente foi requerido seja penhorado o bem indicado às fls. 97/98, bem como seja deferido a remoção ou a guarda judicial do bem.

Indefiro a remoção e a guarda do bem, devendo a secretaria proceder a penhora.

Ante a impossibilidade de acordo, prossiga-se a execução em seus trâmites legais.

Encerrou-se às 16:45 horas.

Nada mais.

W.R. - 1

W. R. Coutinho

Vera Lucia Alves Pereira



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MATO GROSSO.

PROCESSO Nº 1.985/91

RECLAMANTE. NÍVEA MELHORANÇA BICALHO

Nº 95 06 25 53

006299

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, já devidamente qualificada nos autos à epígrafe, que lhe move NÍVEA MELHORANÇA BICALHO, através de seus procuradores infrafirmados, vem à presença de Vossa Excelência, respeitosamente, expor e requerer o seguir articulado:

1) A requerente, em 24/02/95, sofreu constrição judicial por parte dessa Justiça Especializada, via auto de Penhora e Avaliação, em um bem de sua propriedade a saber: um automóvel Chevrolet, Veraneio, ano/modelo 1991, Chassi 9BG256NHMMCO27281, placa MT-2621.

2) Naquela mesma data, o Sr. Oficial de Justiça procedeu a intimação do Requerente, consoante certidão aposta no verso do auto de penhora, iniciando-se assim, em tese, o prazo para a interposição dos Embargos à Execução.

3) Entretanto, como se nota naquele mesmo auto, o Sr. meirinho deixou de proceder a avaliação do bem penhorado, bem como, ao arrepio da lei, não efetivou o depósito deste em mãos de depositário judicial ou de pessoa idônea.

4) Assim, "ad cautelam", tendo em vista que o prazo para oposição dos Embargos termina na data de hoje, 06/03/95, a

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

Requerente pugna pela nulidade do ato judicial adrede citado, ante a manifesta ausência de depositário judicial.

Isto posto, requer a V.Exa., que se digne de determinar a expedição de Carta Precatória para a comarca de ALTA FLORESTA/MT, a fim de que o Sr. Oficial faça o complemento do auto de penhora e avaliação de fls., dando por perfeita e acabada a constrição judicial.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Cuiabá-MT, 06 de março de 1995

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT Nº 2.597

OTHON JAIR DE BARROS
OAB/MT Nº 4.328

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 1ª. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABA- MT -

REGIÃO - CUIABÁ

19 OUT 12 56 53 037224

DISTRIBUIÇÃO

Proc. nº. 1985/91 -

NIVEA MELHORANÇA BICALHO -reclamante- e COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT- -reclamada, nos autos do Proc. nº 1985/92, de reclamatória trabalhista que a primeira move contra a segunda, por si e por seus advogados "in fine" assinados, vêm dizer a Vossa Excelência que as partes se compuseram no sentido de liquidar o objeto do processo, em consequência do que a Reclamada, se propõe a pagar e a reclamante aceita em dela receber, a quantia de R\$ 10.730,00 (dez mil e setecentos e trinta reais), sendo 50% a título de verbas indenitárias e 50% a título de verbas salariais, que lhe serão pagos em DUAS (2) parcelas iguais de R\$ 5.365,00 (cinco mil e trezentos e sessenta e cinco reais), a "primeira" no dia 23/outubro/95 e a "segunda" no dia 06/novembro/95, que na data do vencimento de cada uma das obrigações serão depositados até às 15:00 horas na Secretaria da MM. 1ª. JCJ/CUIABA, ou até a mesma hora pagos contra-recibo nos ESCRITÓRIOS dos Patronos da Reclamante, nesta Capital, ficando desde já estipulada a multa de 100% sobre o valor do acordo em caso de inadimplemento de qualquer parcela, sem prejuízo das demais cominações legais, pelo que assim que recebido o valor integral da avença a reclamante outorgará a reclamada a mais ampla, geral e irrestrita quitação dos valores recebidos e do extinto contrato de trabalho, para nada mais reclamar, seja a que título for, nos expressos termos do arts. 1025 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

Diante do acordo ora formalizado, com a expressa anuência da Reclamante que os suportará e desde já autoriza o desconto, as partes requerem que na quitação da "primeira" parcela sejam reservados R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos) a título de honorários advocatícios, que deverão ser pagos em favor de qualquer um dos advogados patronos da Reclamante. WALTER ROSEIRO COUTINHO, OAB-MT 3064/A e ou MARCO ANTONIO ROSEIRO COUTINHO, OAB/MT 3635.

Esclarecem, outrossim, que dando cumprimento aos Provimentos 01 e 02/93, ambos do TST, os recolhimentos do IRRF e Previdência Social, serão na forma legal, no que a Reclamante couber, retidos a final, na quitação da última das parcelas do presente acordo.

Assim, por estarem justas e contratadas as partes firmam o presente acordo cuja homologação pedem para que produza seus jurídicos efeitos, requerendo a isenção das custas processuais e a final extinção do processo com consequente arquivamento dos autos, sobre o qual porão perpétuo silêncio.

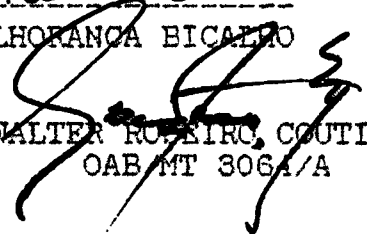
E assim como pedem e esperam
DEFERIMENTO.

CUIABA, 19 de outubro de 1995

Reclamante :


NIVEA MELHORANÇA BICALHO

PP.


WALTER ROSEIRO COUTINHO
OAB/MT 3064/A

Reclamada:


Newton Ruiz da Costa e Faria

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO
DE MATO GROSSO - CODEMAT -

pp.

GUIA DE DEPÓSITO/LEVANTAMENTO - JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª via
Depositante

Junta

19

Processo no J.C.J.

1985/91

Número da Guia

084/95

Reclamante

NIVEA MELHORANCA B. CALHO

Reclamado

CODEMA

O valor abaixo autenticado corresponde a:

GARANTIA DO JUÍZO

☐ Depósito em dinheiro☒ Depósito em cheque

CL

01

D

3

Valor do depósito - CAs

5.365,00

O depósito em cheque somente será liberado após a cobrança.

Pague-se a

o valor desta Guia

CURTIDA 23 de OUTUBRO de 19 95

Autenticação

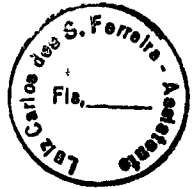
CEF101695230UT95104249 16549

5.365,00R3068

Diretor de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO



1ª Junta de Conciliação e Julgamento
JUSTIÇA DO TRABALHO
Rua Mirand Reis, 441 - Ed. Bianchi
CEP. 78010-080 - Cuiabá - MT

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE

ENDEREÇO:

NOT. INT. Nº 6273 / 95

EM 07 / 11 / 95

PROCESSO Nº 1985 / 91

RECTE.: NÍVEA MELHORANÇA BICALHO

RECD: CODEMAT

Pela presente, fica V. Sa. Notificado para o(s) fim(s) previsto(s)
no(s) item(s) 13 abaixo:

01) - Comparecer à audiência para o dia de de , às
horas e minutos.

02) - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.

03) - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.

04) - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.

05) - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.

06) - Contra-arrazoar recurso do(a)

07) - Impugnar Embargos à Execução.

08) - Contestar os Embargos de Terceiros autuados sob nº /

09) - Recolher as(os), no valor de R\$.

10) - Prestar, como perito, o compromisso legal em () dias.

11) - Prestar como assistente, o compromisso legal em () dias.

12) - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V.Sa. poderá apresentar sua defesa (art 846 da C.L.T.), com as provás que julgar necessárias (Arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V.Sa. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.

13) - Desp.fl.125.I. a executada ao pagamento das custas, em 05 dias, e a comprovar nos autos, em 15 dias após o cumprimento do acordo, o recolhimento das parcelas devidas ao IR e INSS (quota do empregado e do empregador), observando que o não atendimento implicará em oficial-se aos respectivos órgãos, o que desde já autorizo.

RECEBI
13
Responsável Protocolo CODEMAT

6272 95
1985 91

CODEMAT

A/G. DR. DIOGO DOUGLAS GARMONA

Bloco do GPC-Centro Pol. e Administ. OPA

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal, em
11/11/95 (feira)

CONTRATO ECT/DRI/MT
X
TRT 23ª R. - Nº 1823/93

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA 1ª JUNTAA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO
DE CUIABÁ - MT

Processo nº 1.985/91

COMISSÃO DE TRABAHO
23ª REGIAO - CUIABA

12017 1420 046272

DISTRIBUIÇÃO

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROS-
SO e NÍVEA MELHORANÇA BICALHO, respectivamente RECLA-
MANTEE RECLAMANTE que figuram nos autos de RECLAMAÇÃO TRABA-
LHISTA à epígrafe, que fluem por essa digna Junta e Secretária
vêm à presença de Vossa Excelência, nesta e na melhor forma de
direito, requerer se digne determinar o arquivamente dos mes-
mos com a competente baixa na distribuição, uma vez que a Re-
clamante RECEBEU EFETIVAMENTE a importância referente à segun-
da parcela do acordo anteriormente celebrado, integralmente no
valor de R\$ 5.365,00 (cinco mil e trezentos e sessenta e cinco
reais), dando-se, assim, por paga e satisfeita.

Pede Deferimento.

Cuiabá/Mt., 24 de novembro de 1.995

Newton Ruiz da Costa e Faria
Advogado OAB/MT.2.597

N. Bicalho
NÍVEA MELHORANÇA BICALHO
RECLAMANTE

R E C I B O

R\$ 5.365,00

Recebi da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO -- CODEMAT, a importância supra de R\$ 5.365,00 (cinco mil e trezentos e sessenta e cinco reais), referente à segunda e última parcela do acordo celebrado nos autos de Reclamação Trabalhista que lhe movi e que tramitou pela E. Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá, processo nº 1.985/91, ratificando inttozum os termos do mesmo, dando-me assim por paga e satisfeita para nada mais reclamar com relação ao extinto Contrato de Trabalho que originou aquela Reclamação.

Cuiabá/Mt., 27 de novembro de 1.995

N. Bicalho

NÍVEA MELHORANÇA BICALHO

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO, para ser cumprido na forma abaixo:

Processo nº: 1985/91

Exequente: FAZENDA NACIONAL

Executado: CODEMAT

Mandado nº: 76/96

Núbia T. Zanandrea (Tiveron) (ex-guizoto)

O DOUTOR AGUIMAR MARTINS PEIXOTO- Juiz Presidente em exercício da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá/MT, MANDA o Oficial de Justiça Avaliador, a quem for este distribuído, passado a favor de: **FAZENDA NACIONAL, CITE: CODEMAT**, dirija-se ao endereço abaixo, para em 48 horas, pagar a quantia de **R\$ 171,44 (cento e setenta e hum reais e quarenta e quatro centavos)**, correspondente a custas, devida no processo, nos termos do despacho na fl. 151 dos autos acima no teor seguinte: "Vistos, etc. Cite-se pelas custas processuais. Cbá, 01.12.95. Benito Caparelli - Juiz Presidente 1ª JCJ"

CUSTAS	R\$	171,44
TOTAL	R\$	171,44

Não pago o débito ou não feita a garantia, no prazo supra, **PENHORE E AVALIE**, tantos bens quantos bastem para integral quitação da dívida.

Caso seja criado qualquer obstáculo ao cumprimento do presente, fica o Oficial de Justiça autorizado a solicitar auxílio de força policial, bem como a proceder às diligências necessárias em qualquer dia e hora (C.L.T. art. 770 e § único; C.P.C. art. 172 §§ 1º e 2º).

CUMPRA - SE ..

ORIGINAL ASSINADO

Eu, **Maria Estela Zanandrea Tiveron**, Diretora de Secretaria em exercício, conferi e subscrevi, aos 18 dias do mês de janeiro do ano de um mil novecentos e noventa e seis.

ORIGINAL ASSINADO
AGUIMAR MARTINS PEIXOTO
Juiz Presidente em Exercício

End. da executada:

Centro Político Administrativo - Bloco GPC
NESTA.

26.02.96



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá/MT

49,7

MANDADO DE PENHORA

Processo Nº 1.985/91

EXEQUENTE : NÍVEA MELHORANÇA BICALHO

EXECUTADO: CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MT - CODEMAT

Nº : 193/95

O DOUTOR BENITO CAPARELLI, Juiz do Trabalho
Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá/MT, no uso de suas
atribuições legais,

Manda ao Sr. Oficial de Justiça Avaliador, a quem couber por
distribuição, que a vista do presente MANDADO, estando devidamente assinado, passado a
favor de NÍVEA MELHORANÇA BICALHO, em seu cumprimento dirija-se ao *Bloco*
GPC - Centro Político Administrativo - Palácio Paiaguás - Cuiabá/MT, e lá proceda a
PENHORA do bem cuja cópia segue em anexo, bem como de tantos outros quantos bastem
para a integral satisfação do débito da executada no valor de R\$ 8.439,57 em 22.02.95.

Tudo conforme decisão exarada às fls. 104 dos autos acima.

CASO SEJA CRIADO QUALQUER OBSTÁCULO AO
CUMPRIMENTO DO PRESENTE MANDADO, FICA O OFICIAL AUTORIZADO
A SOLICITAR AUXÍLIO DE FORÇA POLICIAL, bem como a proceder às diligências
necessárias em qualquer dia ou hora (C.L.T. art. 770 e § único; C.P.C. art. 172 §§ 1º e 2º).

O QUE CUMPRA, NA FORMA DA LEI.

Dado e passado nesta cidade de Cuiabá/MT, aos 10 dias do
mês de fevereiro do ano de um mil novecentos e noventa e cinco, eu
José Afonso Campolina de Oliveira, Diretor de Secretaria da 1ª JCI de Cuiabá, subscrevi,
indo a final assinado pelo MM Juiz Presidente.

ORIGINAL ASSINADO

FICHA FINANCEIRA

FICHA FINANCEIRA			
Nome: <u>NÍVEA MATHORANCA BICALHO</u>		Data da Emissão: 02 / 01 89	
Profissão:		Classe: 21	
Cargo:		Nível:	
Exercício: 1 991		Matrícula N.º	
Lotação: SECOM		N. Dep. Econ. Imp. Rend. NCz\$ 03	
		N. Dep. Econ. Sal. Família NCz\$ 01	

[illegible]



MINISTÉRIO DO TRABALHO

Comunicação de Dispensa - CD

103488491

nome do dispensado															CEP					UF	
N I V E A M E L H O R A N Ç A B I C A L H O																					
endereço do dispensado (rua, avenida, quadra, travessa, número, bloco, apartamento, fundos, etc.)																					
CGC										atividade econômica-IBGE					trabalhador rural?						
4 0 3 4 7 4 0 5 3 0 0 0 1 3 2										5 0 3 0 3					6 1 - sim 2 - não 2						
PIS/PASEP										Carteira de Trabalho e Previdência Social					uf						
7 1 7 0 3 2 5 9 2 6 0 9										8 0 5 7 7 8 0 0 0 0 5 M T											
CBO										ocupação											
9 3 1 1 2 0										AGENTE ADMINISTRATIVO											

03 474 053 / 0001 - 32

GIA, DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT

C. P. A.

Guia - GEP. 78.000 - MT

carimbo padronizado CGC (MF)

data admissão			data demissão			sexo		grau de instrução		data nascimento			horas trabalhadas por semana	
10 0 2 0 1 8 9			11 0 2 0 5 9 1			12 1 - masculino 2 - feminino 2		13 7		14 2 9 1 2 4 8			15 4 0	
três últimos salários						possui registro de contribuição individual do INPS?								
16 0 2 1 3 1 1 0 2 0 3 1 3 1 1 0 2 0 4 1 3 1 1 0 2						17 1 - sim 2 - não 2								
domicílio bancário						nome do banco e nome da agência								
18 1 0 4 0 0 1 6						CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/MT								
Declaração do dispensado						Declaração do empregador								
19 número de contribuições para Previdência Social nos últimos quarenta e oito meses. 4 8						20 as contribuições foram integralmente comprovadas pelo dispensado? 1 - sim 2 - não 1								
21 recebeu salários em cada um dos últimos seis meses? 1 - sim 2 - não 1						22 os salários foram comprovados pelo dispensado? 1 - sim 2 - não 1								

polegar direito

Niura M. Bicalho

assinatura do dispensado

Odete Pinheiro da Silva

Odete Pinheiro da Silva

Chefe do Setor

CODEMAT

assinatura e carimbo do empregador



MINISTÉRIO DO TRABALHO

Comunicação de Dispensa - CD

103488491

PIS/PASEP

1 7 0 3 2 5 9 2 6 0 9

nome do dispensado

N I V E A M E L H O R A N Ç A B I C A L H O

Recebi de COMPANHIA DE DESENV. DO ESTADO DE MATO GROSSO/CODEMAT

2 (duas) vias do Requerimento do Seguro-Desemprego. Firma ou Razão Social

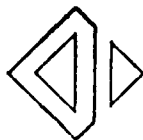
polegar direito

CUIABÁ/MT, 08 / 05 / 91

local e data

assinatura do dispensado

A ECT recebe a 1ª via fechada

**CODEMAT**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DE MATO GROSSOTERMO DE RESPONSABILIDADEConcessão de Salário Família - Port. = Termo de Responsabilidade
nº MPAS - 3.040/82

EMPRESA: CODEMAT

NOME DO SEGURADO: *Níria Melhorança Bicalho*

CARTEIRA PROFIS. OU IDENTIDADE:

BENEFICIÁRIOS

NOME DO FILHO

DATA DE NASCIMENTO

*Tatiana Melhorança Bicalho**18-12-75**Carlos Eduardo Bitim Bicalho Filho**19-03-78*

Pelo presente TERMO DE RESPONSABILIDADE, declaro estar ciente de que deverei comunicar de imediato a ocorrência dos seguintes fatos ou ocorrências que determinar a perda do direito ao salário-família:

- . ÓBITO DE FILHO;
- . CESSAÇÃO DA INVALIDEZ DE FILHO INVÁLIDO;
- . SENTENÇA JUDICIAL QUE DETERMINE O PAGAMENTO A OUTREN; (casso de desquite ou separação, abandono de filho ou perda de pátrio-poder);

Estou ciente ainda, de que a falta de cumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar à devolução das importâncias recebidas indevidamente, sujeitar-me-á as penalidades previstas no art. 171 do Código Penal e a rescisão do Contrato de Trabalho, por justa causa, nos termos do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Cuiabá, 27/07/89

X *Níria M. Bicalho*
Servidor(segurado)

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

00 Para uso do processamento

IDENTIFICAÇÃO												01 Carimbo padronizado do CGC									
02 Empregador						03 Código															
04 Endereço																					
05 CEP		06 Bairro				07 Município				08 UF											
09 Banco		10 Agência/UF				11 Cód. Agência															
12 Empregado												13 Carteira de Trabalho (nº, série e UF)									
14 PIS/PASEP												15 Código empregado		16 Data nascimento		17 Data admissão		18 Data opção		19 Data afastamento	
20 Major remuneração												21 Aviso prévio		22 Pens. Alm.		23 Causa afastamento		24 Cód. saque			
25 Indenização												26 Saldo de salários		27 FGTS - multa rescis.		28 TOTAL BRUTO		29 DESCONTOS			
29 Aviso prévio												30 Comissões		31 13º salário		32 Horas extras		33 Gratificação			
33 13º sal. inden.												34 Adicional Insalubridade/periculosidade		35 Previdência		36 Previdência 13º sal.		37 IRPF			
36 Salário-família												37 Adicional noturno		38 Adiantamentos		39 Férias vencidas		40 Férias proporc.			
39 Férias vencidas												40 Férias proporc.		41 1/3 salário s/ férias		42 Sal. maternidade		43 FGTS - mês rescisão/ mês anterior			
42 Sal. maternidade												43 FGTS - mês rescisão/ mês anterior		44 TOTAL LÍQUIDO RECEBIDO		45 Data de homologação		46 Carimbo e assinatura do empregador/preposto			
45 Data de homologação												46 Carimbo e assinatura do empregador/preposto		47 Impressão digital Empregado		48 Impressão digital Responsável legal					
46 Carimbo e assinatura do empregador/preposto												47 Impressão digital Empregado		48 Impressão digital Responsável legal		49 Assinatura do empregado		50 Assinatura do responsável legal			
49 Assinatura do empregado												50 Assinatura do responsável legal		51 RECIBO DO FGTS		52 Data recepção pelo Banco					
51 RECIBO DO FGTS												52 Data recepção pelo Banco		53 Carimbo e assinatura autorizada da empresa		54 Sacador - Nome					
53 Carimbo e assinatura autorizada da empresa												54 Sacador - Nome		55 Valor do saque - Depósitos		56 Juros e correção monetária		57 Total do saque			
55 Valor do saque - Depósitos												56 Juros e correção monetária		57 Total do saque		58 Impressão digital Sacador		59 Impressão Digital Responsável legal			
58 Impressão digital Sacador												59 Impressão Digital Responsável legal		60 Assinatura do sacador		61 Assinatura do responsável legal		62 Autenticação			
60 Assinatura do sacador												61 Assinatura do responsável legal		62 Autenticação		63 Carimbo da agência (norma CSA/CIEF - 47/74)		64 Cód. 15.11			

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

00 Para uso do proce

IDENTIFICAÇÃO				01 Carimbo padronizado do CGC			
02 Em vigor C O D E M A T				03 Código 03 474 053 / 0001 - 32			
04 Endereço PALÁCIO PAIAGUÁS				05 CEF 78000 06 Bairro C P A 07 Município CUIABÁ 08 UF MT			
09 Banco B E N A T 10 Agência/UF B O S Q U E				11 Cód. Agência 05.778 12 Empregado NÍVEA MELHORANÇA BICALHO			
14 PIS/PASEP 1.703.259.260-9				15 Código empregado 02.04.91 16 Data nascimento 29.12.48 17 Data admissão 02.01.89 18 Data opção 02.01.89 19 Data afastamento 02.05.91			
20 Maior remuneração 136.346,72				21 Aviso prévio 02.04.91 22 Pens. Alm. % 23 Causa afastamento POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA 24 Cód. saque 01			

DISCRIMINAÇÃO/RECIBO DAS VERBAS RESCISÓRIAS			
25 Indenização	Valor	26 Saldo de salários	Valor
anos		02 dias	9.089,78
28 Aviso prévio	TRABALHADO	29 Comissões	
13º salário	45.448,92	32 Horas extras	
4 /12 avos		horas	
33 13º sal. inden.		34 Gratificação	
/12 avos			
36 Salário-família		37 Adicional Insalubridade/periculosidade	
dias		Rev/91	
39 Férias vencidas		40 Adicional noturno	136.346,72
42 Férias proporc.	45.448,92	43 Mar/91	Férias/Jan/91
4 /12 avos		46 Abr/91	136.346,72
45 1/3 salário s/ férias	15.149,64	49 FGTS-mês rescisão/mês anterior	2.6.178,57
48 Sal. maternidade			
dias			
51 Data de homologação	52 Carimbo e assinatura do empregador/preposto	53 Impressão digital Empregado	54 Impressão digital Responsável legal
	Ricarte de Freitas Junior, Dir. Adm. Financeiro - CODEMAT		
	Odete Pinheiro da Silva, Chefe Setor Adm. Pessoal - CODEMAT		
55 Assinatura do empregado			
Nívea M. Bicalho			
56 Assinatura do responsável legal			

RECIBO DO FGTS			
57 Carimbo e assinatura autorizada da empresa		58 Data recepção pelo Banco	
Ricarte de Freitas Junior, Dir. Adm. Financeiro - CODEMAT			
Odete Pinheiro da Silva, Chefe Setor Adm. Pessoal - CODEMAT			
59 Sacador - Nome		60 Carimbo da agência (norma CSA/CIEF - 47/74)	
NÍVEA MELHORANÇA BICALHO			
61 Valor do saque - Depósitos	62 Juros e correção monetária	63 Total do saque	
64 Impressão digital Sacador	65 Impressão Digital Responsável legal	66 Assinatura do sacador	
67 Assinatura do responsável legal		Autenticação	

$$327.232,14 \times 26,75\% = 87.534,58$$

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

00 Para uso do proce.

IDENTIFICAÇÃO										01 Carimbo padronizado do CGC									
02 Empregador C O D E M A T										03 Código de barras 03 474 053 / 0001 - 32									
04 Endereço PALÁCIO PAIAGUÁS										05 CEP 78000									
06 Bairro C P A										07 Município CUIABÁ									
08 UF MT										09 Banco B E M A T									
10 Agência/UF B O S Q U E										11 Cód. Agência 00005									
12 Empregado NÍVEA MELHORANÇA BICALHO										13 Carteira de Trabalho (nº, série e UF) 05.778 00005 MT									
14 PIS/PASEP 1.703.259.260-9										15 Código empregado									
16 Data nascimento 29.12.48										17 Data admissão 02.01.89									
18 Data opção 02.01.89										19 Data afastamento 02.05.91									
20 Maior remuneração 136.346,72										21 Aviso prévio 02.04.91									
22 Pens. Alim.										23 Causa afastamento POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA									
24 Cód. saque 01																			

DISCRIMINAÇÃO/RECIBO DAS VERBAS RESCISÓRIAS											
25 Indenização		Valor		26 Saldo de salários		Valor		27 FGTS - mês rescis.		Valor	
anos				dias		9.089,78		%		89.685,73	
28 Aviso prévio		TRABALHADO		29 Comissões				30 TOTAL BRUTO		503.695,00	
31 13º salário		45.446,92		32 Horas extras				DESCONTOS			
/12 avos				horas				35 Previdência		30.241,72	
33 13º sal. inden.				34 Gratificação				38 Previdência 13º sal.			
/12 avos				Fev/91				41 Adiantamentos			
36 Salário-família				40 Adicional noturno		136.346,72		44 IRRF		7.220,54	
dias				Mar/91		Férias/Jan/91		47 Odonto Service		5.908,32	
39 Férias vencidas				43 Abr/91		136.346,72		50 TOTAL LIQUIDO RECEBIDO		460.324,42	
42 Férias proporc.		45.448,92		46		2.6.178,57					
/12 avos				49 FGTS - mês rescisão/		mes anterior					
45 1/3 salário s/ férias		15.149,64		48 Sal. maternidade							
dias											
51 Data de homologação		52 Carimbo e assinatura do empregado/preposto		53 Impressão digital Empregado		54 Impressão digital Responsável legal					
		Ricarte de Freitas Junior - Dir. Adm. Financeiro		Odete Pinheiro da Silva - Chefe Setor Adm. Pessoal							
55 Assinatura do empregado		Nívea M. Bicalho		56 Assinatura do responsável legal							

RECIBO DO FGTS									
57 Carimbo e assinatura autorizada da empresa									
Ricarte de Freitas Junior - Dir. Adm. Financeiro									
Odete Pinheiro da Silva - Chefe Setor Adm. Pessoal									
59 Sacador - Nome									
NÍVEA MELHORANÇA BICALHO									
60 Carimbo da agência									
61 Valor do saque - Depósitos									
62 Juros e correção monetária									
63 Total do saque									
64 Impressão digital Sacador									
65 Impressão Digital Responsável legal									
66 Assinatura do sacador									
67 Assinatura do responsável legal									
Autenticação									

RESSALVA

FIÇA RESSALVADO, NOS TERMOS DO TERMO ADITIVO FIRMADO EM 27/09/90. QUE ADITOU O
 ACÓRDÃO FIRMADO EM 28/07/90, O DIREITO DE PLEITEAR NA JUSTIÇA DO TRABALHO A REPOSI-
 ÇÃO DE 12,55% REFERENTE A MARÇO/91, E 12,55% REFERENTE A ABRIL/91; CRESCIMENTO
 REAL DOS SALÁRIOS DE ACORDO COM O CRESCIMENTO REAL DO SALÁRIO MÍNIMO DE 6,09%
 CORRESPONDENTE A ABRIL DE 1991, BEM COMO, EM DEZEMBRO 1990; JANEIRO, FEV. REIRO,
 MARÇO E ABRIL DE 1991. E IPC DE ABRIL DE 1990 DE 45,30% ASSIM COMO JUROS E
 CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE OS SALÁRIOS EM ATRASO E PAGOS NESTA DATA, E, AINDA
 MULTA PREVISTA NO § 6º DO ART. 477 DO CC e DO ESTATUTO OSEIRO, E ART. 9º DA
 LEI 6.708/79, PLEITOS ESSES QUE DEVEM SER PAGOS DE FORMA CORRIGIDA DESDE A
 DATA DO INADIMPLEMENTO DE CADA OBLIGAÇÃO ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O presente termo de homologação foi firmado de acordo
 com a lei.

Cuiabá, 20 de Maio de 1991.

SINDICATO DOS EMPREG. EM EMP. DE PROC. DE DADOS
 DO ESTADO DE MATO GROSSO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

- Campo 1 - Carimbo padronizado do CGC ou matrícula no INSS, INCRA ou CIC. Quando for utilizado o carimbo do CGC, o empregador fica dispensado do preenchimento dos campos 2 e 4 a 8.
- Campo 3 - Número de identificação do empregador no sistema FGTS.
- Campo 9 e 10 - Nome do banco e respectiva agência cadastrados no sistema FGTS.
- Campo 11 - Código CIEF da agência indicada no campo 10.
- Campo 15 - Número de identificação do empregado no sistema FGTS.
- Campo 21 - Data do evento.
- Campo 22 - Percentual a ser retido do saldo da conta vinculada do FGTS, por determinação judicial.
- Campo 23 - Indicar, por extenso, a causa do afastamento. Ex.: Dispensa sem justa causa, pedido de demissão, extinção da empresa, término de contrato a termo, etc.
- Campo 24 - Código de saque correspondente à causa do afastamento, de acordo com as instruções normativas/operacionais da CEF.
- Campo 27 - Indicar o percentual e o respectivo valor da multa rescisória, de acordo com as disposições legais vigentes.
- Campo 49 - Valor do FGTS correspondente ao mês imediatamente anterior e ao da rescisão, caso não tenha sido efetuado o seu recolhimento.
- Campo 57 - Assinatura do representante do empregador devidamente habilitado junto ao banco pagador do FGTS.
- Campo 58 - Carimbo-datador indicando o código CIEF do banco/agência e a data de recepção do documento.
- Campo 60 - Carimbo da agência (Norma CSA/CIEF 47/74), indicando a data do pagamento do saque que deverá coincidir com a data da autenticação mecânica.
- Campos 61, 62 e 63 - Consignar os valores relativos às parcelas objeto do saque.

Observações: I - A homologação pela autoridade competente deverá constar no verso de todas as vias deste Termo.

II - Os campos 01 a 57 deverão ser preenchidos pelo empregador e/ou Órgão homologador. Os demais pelo banco pagador do FGTS.